



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

KELLEN BARROS DE SOUZA

UMA ESCOLA PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA

**PALMAS - TO
2021**

KELLEN BARROS DE SOUZA

UMA ESCOLA PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio dos Santos.

**PALMAS - TO
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729e Souza, Kellen Barros de.
Uma Escola Para a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira. /
Kellen Barros de Souza. – Palmas, TO, 2022.
106 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Arquitetura e Urbanismo,
2022.
Orientador: Marcos Antônio Dos Santos

1. Arquitetura Escolar. 2. Educação Escolar Quilombola. 3.
Construção em Terra Crua. 4. Escola. I. Título

CDD 720

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

KELLEN BARROS DE SOUZA

UMA ESCOLA PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas, Curso de Arquitetura e Urbanismo para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 04 / 02 / 2022

Banca Examinadora



Prof. Dr. Marcos Antônio dos Santos, UFT



Prof. Dra. Patrícia Orfila Barros dos Reis, UFT



Arquiteto Me. Luis Hildebrando Ferreira Paz

Palmas - TO, 2022

*Em memória dos meus amores
genuínos: Maria Amélia,
Manoel, Maria, Sabino, Vilma e
Bolinha.*

AGRADECIMENTOS

Dou graças ao meu Deus, autor e consumidor da minha fé, que até aqui me sustentou. Agradeço aos moradores da Comunidade Barra da Aroeira, por me mostrarem a importância do “nós”, por me ensinarem a importância de valorizar minhas origens e de lutar pelo que me pertence.

Agradeço aos meus pais Laurinda e Maurício por terem me apoiado financeiramente e segurando as pontas pra que eu pudesse realizar esse sonho da graduação. Espero retribuir tudo o que me foi investido. Agradeço aos meus irmãos Fernando, Karina, Kamila e Mauricio Filho, aos meus familiares que também me apoiaram financeiramente nesses anos de graduação, em especial tia Cléia, tia Elizane e tia Nega, que para além disso, fizeram o possível para que o fato de estar longe de casa não doesse tanto, obrigada também pela amizade.

Eu gostaria que houvesse um jeito de me conectar ao além pra agradecer aos meus avós e a minha bisavó, que já não estão mais nesse plano e que sempre acreditaram em mim, e ao meu professor Gilmar Villa (*in memoriam*), que sempre afirmava que eu podia ser quem eu quisesse e hoje estou aqui, me tornei arquiteta. Da mesma forma agradeço aos professores da Escola Estadual Santa Terezinha, que contribuíram tanto no meu processo de aprendizagem desde quando eu era criança.

Agradeço às minhas amigas da faculdade que foram a minha rede de apoio e seguraram na minha mão durante essa caminhada. Lídia, Laura, Thaís, Maria Clara, Amanda, Letícia, Milena, Isadora e Yanca, sem vocês talvez eu até chegasse até aqui sim, mas não tenho dúvida que vocês fizeram a minha trajetória mais alegre. E à Thaynara, Isabel, Fernanda e Haxisley, minhas amigas que mesmo distantes nunca deixaram de demonstrar seu afeto e confiança no meu potencial, vocês foram muito importantes nesse meu processo de formação acadêmica.

Aos professores do curso de arquitetura da UFT por compartilharem de seus conhecimentos, em especial, ao professor Edis Evandro por toda ajuda e incentivo. E ao meu orientador professor Marcos por me ajudar nesse processo de conclusão do curso. Agradeço também à professora Noeci Carvalho, que desempenhou um papel extremamente importante nessa minha caminhada desde o dia em que a conheci. E aos membros do coral UFT em canto, que me encheram de afeto e de

música, cada dia compartilhado com vocês foi certamente muito mais alegre. Agradeço à toda equipe de apoio do projeto Raios de Sol que compartilharam comigo muitos fins de semana nessa trajetória para a comunidade e que me dera a oportunidade de ter contato com a população da Barra da Aroeira.

E por último, mas não menos importante, eu quero agradecer a mim mesma. Agradeço a mim por não desistir de mim, por ter trabalhado duro, por ter aprendido a buscar dar um passo de cada vez e por tentar todos os dias compreender que a vida é isso, cair, levantar, chorar e rir.

“Onde há vontade, há um caminho”

Provérbio Chinês

RESUMO

No Brasil, conforme dados da Fundação Cultural Palmares existem 2.474 comunidades quilombolas certificadas, sendo que 38 destas localizam-se no estado do Tocantins. Nesse contexto, a educação escolar quilombola, uma modalidade da educação básica, fruto da luta dos movimentos sociais negros e quilombolas, atua como uma ferramenta de transformação social, pois objetiva oferecer aos povos tradicionais do país uma educação pensada desde o seu lugar, sua história e sua luta. Diante disso, o presente trabalho apresenta uma proposta de projeto arquitetônico à nível de anteprojeto de uma escola para a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, no estado do Tocantins. A metodologia utilizada neste trabalho foi a de revisão bibliográfica e documental e o trabalho de campo composto por levantamentos fotográficos e entrevistas com os moradores da Comunidade Barra da Aroeira e com o corpo docente da Escola Municipal Horácio José Rodrigues, que está localizada dentro do território da comunidade. A proposta arquitetônica aqui apresentada trata-se de um espaço escolar que busca atender as necessidades básicas da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira seguindo as diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola. Arquitetura Escolar. Quilombola. Escola.

ABSTRACT

In Brazil, according to data from the Palmares Cultural Foundation, there are 2,474 certified quilombola communities, 38 of which are located in the state of Tocantins. In this context, quilombola school education, a modality of basic education, the result of the struggle of black and quilombola social movements, acts as a tool for transforming the country and its struggle. In view of this, the present work presents a proposal for an architectural project at the preliminary project level of a school for the Quilombola Barra da Aroeira Community, in the state of Tocantins. The methodology used in this work was the bibliographic and documental review and the field work consisted of photographic surveys and interviews with the residents of the local community Barra da Aroeira community and with, the teaching staff of municipal school Horacio Jose Rodrigues, that is located within the territory of the community. The architectural proposal presented here is a school space that seeks to meet the basic needs of the Quilombola Barra da Aroeira Community, following the national guidelines for school education.

Keywords: Quilombola School Education. School Architecture. Quilombola. School.

LISTA DE SIGLAS

ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland

ADTC – Ato das Disposições Transitórias Constitucionais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BTC – Bloco de Terra Comprimido

CONAE – Conferência Nacional da Educação

INTERTINS – Instituto de Terras do Estado do Tocantins

MLC – Madeira Laminada Colada

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NESOL – Núcleo de Economia Solidária

ONG – Organização Não Governamental

QUILOMBARRAS – Cooperativa Quilombola Barra da Aroeira Raios de Sol

RDS – Raios de Sol

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira no estado do Tocantins.....	28
Figura 2 - Cerimônia de concessão do título definitivo dos 912,6015 hectares.	29
Figura 3 - A população reivindicando seus direitos durante manifestação.....	30
Figura 4 - Território da Comunidade Barra da Aroeira	31
Figura 5 - Mapa da Área Residencial da Comunidade entre os córregos Brejo Grande e Córrego Aroeira.....	32
Figura 6 - Renda dos Moradores da Comunidade Barra da Aroeira.	33
Figura 7 - O Uso do Solo na Comunidade Barra da Aroeira.	35
Figura 8 - O espaço da Escola Municipal Horácio José Rodrigues.....	37
Figura 9 - O espaço da Escola Municipal Horácio José Rodrigues.....	38
Figura 10 - O espaço da Escola Horácio José Rodrigues.....	39
Figura 11 - A rampa de acesso na escola.....	40
Figura 12 - Espaço interno de uma sala de aula da escola da Comunidade.	41
Figura 13 - Palavras-chave da entrevista.....	43
Figura 14 - Palavras-chave da entrevista.....	44
Figura 15 - Palavras-chave da entrevista.....	44
Figura 16 - Momento de entrevista com Andreza Maria de Fátima, moradora da comunidade.....	45
Figura 17 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.	46
Figura 18 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.	46
Figura 19 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.	46
Figura 20 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.	47
Figura 21 - Momento de troca entre os moradores da Comunidade e os extensionistas.	50
Figura 22 - Grupo de Trabalho Território.....	51
Figura 23 - Oficina de Adobe. O processo de produção do tijolo de adobe.	52
Figura 24 - O tijolo de adobe feito na Comunidade.	53
Figura 25 - Detalhe de Construção em Adobe na comunidade.....	54
Figura 26 - Oficina de Taipa na Comunidade, 2018.....	55
Figura 27 - Oficina de Taipa na Comunidade, 2018.....	56

Figura 28 - Oficina de Taipa - Construindo a Parede, 2018.	56
Figura 29 - Oficina de Taipa - Construindo a Parede, 2018.	57
Figura 30 - Oficina de Taipa - Construindo a Parede, 2018.	58
Figura 31 - Oficina de Taipa - Preparando a massa. 2018.	58
Figura 32 - Grupo de trabalho Bioconstrução em frente à residência de Maria de Fátima, construída em adobe, 2018.	59
Figura 33 - Perspectiva Aérea da Proposta de Projeto da Escola, 2022.	60
Figura 34 - Planta Baixa da Escola.	61
Figura 35 - Escola Comunitária Primária para Meninas.	61
Figura 36 - Cortes Longitudinais da Edificação.	62
Figura 37 - Escola Comunitária Primária para Meninas.	63
Figura 38 - A Escola no período de sua construção.	63
Figura 39 - Planta Baixa da Edificação.	64
Figura 40 - Jardim central do Centro Infantil.	65
Figura 41 - 23 Visão de parte do Pátio Central e de uma sala de aula.	66
Figura 42 - Perspectiva de um dos pátios internos das edificações.	67
Figura 43 - Implantação do Projeto.	67
Figura 44 - Vista de parte de um dos pátios internos da edificação.	68
Figura 45 - Vista do pavimento superior de um dos dormitórios.	69
Figura 46 - Perspectiva de um dos dormitórios do conjunto de edifícios.	69
Figura 47 - Escola Nacional Florestan Fernandes.	70
Figura 48 - A escola no período de sua construção.	71
Figura 49 - Vista aérea da locação da escola.	72
Figura 50 - Refeitório coletivo da Escola Nacional Florestan Fernandes.	72
Figura 51 - Tijolo vazado de solo-cimento.	73
Figura 52 - Detalhe da fixação da telha zipada na viga.	74
Figura 53 - Esquema do processo de fabricação da Madeira Laminada Colada.	75
Figura 54 - Imagem 32 - Moradora Maria Edileuza em um dos momentos da pesquisa.	81
Figura 55 - Moradora Andreza Maria de Fátima durante entrevista,	81
Figura 56 - Marcações feitas por alguns moradores da Comunidade.	82
Figura 57 - Situação do Terreno na Comunidade.	83
Figura 58 - O terreno escolhido.	84
Figura 59 - O terreno escolhido.	84

Figura 60 - Análise do Terreno, 2021.....	85
Figura 61 - Conceito do Projeto	86
Figura 62 - Zoneamento Inicial.....	86
Figura 63 - Imagem do pátio descoberto e teatro de arena ao fundo.	87
Figura 64 – Imagem de perspectiva do bloco Fundamental 1.....	88
Figura 65 - Planta de Locação	89
Figura 66 - Planta Baixa Refeitório e cozinha, 2021.	90
Figura 67 - Sede da cooperativa QUILOMBARRAS. 2019	91
Figura 68 – O refeitório	91
Figura 69 - Planta Baixa Fundamental 1	92
Figura 70 - Imagem do interior de uma sala do pré escolar	93
Figura 71 - Imagem do corredor que conecta os blocos pré escolar e fundamental 1.	93
Figura 72 - Planta Baixa Pré Escolar, 2021.	94
Figura 73 - Planta Baixa Fundamental 2, 2021	95
Figura 74 - Imagem de Perspectiva do Bloco Fundamental 2.....	96
Figura 75 - Planta Baixa Administrativo, 2021.	96
Figura 76 - Caminho em direção ao fundamental 2.	97
Figura 77 - Conceitos para o projeto paisagístico	97
Figura 78 - Conceitos para o projeto paisagístico.	98
Figura 79 - Imagem gerada pelo programa de modelagem Revit.....	98

SUMÁRIO

Introdução	17
1. Educação Para Emancipação	19
1.1. A Educação Escolar Quilombola e o Direito à Diferença	20
2. Entendendo a Identidade Quilombola	25
2.1. A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira	28
2.1.1. Breve Histórico	31
2.1.2. Organização Social e Economia	32
2.1.3. Uso e Ocupação do Solo	34
2.2. A Escola da Comunidade Barra da Aroeira.....	36
2.2.1 Pesquisa de Campo	42
2.3. Bioconstrução na Comunidade e o Projeto Raios de Sol.....	48
2.3.1. Projeto Raios de Sol.....	49
2.3.2. A construção em Terra na Comunidade.....	52
3. A Proposta	60
3.1. Estudos de Correlatos.....	60
3.1.1. Escola Primária Comunitária Para Meninas.....	60
3.1.2. Centro Infantil em Villeta	64
3.1.3. Moradias Infantis Canuanã – Fundação Bradesco.....	66
3.1.4. Escola Nacional Florestan Fernandes.....	70
3.2. Elementos Construtivos	73
3.2.1. Bloco de Terra Comprimida	73
3.2.2. Tijolo de Adobe	74
3.2.3. Telha Zipada	74
3.2.4. Madeira Laminada Colada	75

3.3. O Projeto Arquitetônico	76
3.3.1. Programa de Necessidades	76
3.3.2. A Escolha do Terreno	80
3.4. Considerações Finais	101
REFERÊNCIAS.....	102

Introdução

O Estado do Tocantins possui um variado número de escolas que estão situadas no campo, entre elas, existem aquelas que estão dentro e ou nas proximidades das inúmeras comunidades quilombolas existentes no Tocantins. Locais que detém uma diversidade enorme de saberes tradicionais e práticas culturais singulares.

Neste contexto, o objetivo central deste trabalho consiste em elaborar uma proposta de projeto arquitetônico a nível de anteprojeto para a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, do município de Santa Tereza do Tocantins, TO. Para tanto, busquei caracterizar a situação do espaço escolar pré-existente na comunidade, as formas de funcionamento e as práticas educativas que visem a emancipação dos estudantes quilombolas. Busquei ainda identificar se esta escola conhece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

O interesse nessa área de estudo se deve ao fato de ter observado, como estudante de arquitetura, o espaço da escola existente na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira durante as visitas realizadas à comunidade, enquanto fui parte da equipe de apoio técnico do Projeto de Extensão Raios de Sol da Universidade Federal do Tocantins. Em algumas oficinas e rodas de conversas realizadas com a população da comunidade, se percebeu um desejo pela oferta de mais oportunidades para a comunidade escolar e de atividades de cultura e entre outras, atividades essas que possam ser ofertadas às crianças da comunidade enquanto os pais trabalham.

Objetivos Gerais

O presente trabalho tem como objetivo geral elaborar um projeto arquitetônico que busque padrões compatíveis com as necessidades básicas da escola do campo na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira no município de Santa Tereza no estado do Tocantins.

Objetivos Específicos

1. Analisar o espaço escolar pré-existente na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira bem como a sua configuração espacial e se este atende às especificidades definidas pelas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola, dialogando com a comunidade com o intuito de motivar a população para exigirem seus direitos perante a lei.
2. Fomentar discussões a respeito da ausência de espaços projetados de maneira a atender a demanda das escolas do campo e das escolas quilombolas, respeitando a cultura e vivência das comunidades nas quais estas estão inseridas.
3. Discutir sobre a importância da construção em terra crua - método construtivo amplamente utilizado na comunidade Barra da Aroeira - na valorização da identidade cultural do país, bem como seus benefícios como arquitetura sustentável.

A abordagem utilizada na concepção deste trabalho é qualitativa, sendo estruturada nas seguintes etapas:

1. Análise documental sobre a Escola Municipal Horácio José Rodrigues, sobre educação do campo, e análise bibliográfica sobre comunidades quilombolas, arquitetura educacional e construção em terra crua e análise de projetos correlatos;
2. Pesquisa de campo, através de levantamento fotográfico, aplicação de questionários e entrevistas na comunidade e a análise minuciosa destes dados, buscando entender qual a concepção da população a respeito da Escola Municipal Horácio José Rodrigues;

O produto final trata-se de uma proposta de projeto arquitetônico a nível de anteprojeto de uma escola para a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, que

respeite as particularidades e vivências da comunidade e busque integrar a comunidade com o ambiente da escola.

1. Educação Para Emancipação

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal a educação é um direito de todos e cabe ao Estado assegurá-lo, tendo a colaboração da sociedade “[...] visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). É através da Educação, que o indivíduo consegue reconhecer a si próprio como agente ativo na modificação da mentalidade do seu grupo (BRASIL, 2013), possibilitando a “[...] construção da cidadania e a formação de sujeitos de direitos cientes de seus deveres e conscientes de sua defesa e promoção dos direitos humanos” (BRASIL,2013, p.26).

Esses direitos hoje tão proclamados são, no entanto, sistematicamente violados em sociedades marcadas pela exclusão, pelos conflitos, pelas desigualdades estruturais, em que se vivenciam situações de injustiça institucionalizada. Assim, a questão dos direitos humanos torna-se central e urgente. (BRASIL, 2013, p.26)

Mesmo diante de toda sua diversidade cultural e da autonomia de seus entes federados, o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BRASIL - BNCC, 2018). Portanto, é papel das escolas, apresentarem projetos de transformação da realidade atual – visto que esta é adversa à dignidade da pessoa humana-, estimulando o desenvolvimento humano e dando suporte à sociedade para que esta compreenda o contexto social e político que a envolve, reconheça os próprios prejuízos e assuma responsabilidade de defender seus direitos e direitos dos outros. (BRASIL, 2013).

São necessárias (e urgentes) políticas públicas voltadas à educação para a superação dessas desigualdades. Sendo papel das secretarias de educação através das decisões curriculares e didático-pedagógicas. Decisões estas “para adequar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) à realidade local, considerando a

autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e características dos alunos” (BRASIL, 2018, p. 16).

Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc. (BRASIL - BNCC, 2018, p. 17)

A luta pelo direito à educação não se resume a um propósito de ascensão social individual, mas sim uma luta pela conquista de transformações na realidade social. Uma educação que faça o indivíduo reinterpretar sua existência, “[...] tornando-se livre das violações e dos preconceitos que permeiam seu ambiente, como, por exemplo, as desigualdades, a violência e a discriminação” (BRASIL, 2013). Pois quando a educação é aplicada em prol da sociedade, esta se estabelece como fator de desenvolvimento, criatividade e inovação. Se tornando capaz de modificar as realidades, “tornando o ser humano mais responsável e solidário com suas ações e atos cotidianos” (BRASIL, 2013, p. 44)

1.1. A Educação Escolar Quilombola e o Direito à Diferença

Há muito tempo, a busca por uma educação de qualidade para os filhos é motivo de migração de áreas rurais para a cidade. A ausência de professores capacitados, ou de espaços adequados são alguns dos problemas enfrentados pelos indivíduos que dependem das escolas localizadas nas comunidades rurais. Como afirmam Pereira e Ferreira (2014), esse déficit de oferta educacional se apresenta como um dos principais limites da democratização e da qualidade de ensino, e amplia o quadro da exclusão social.

Segundo Pereira e Ferreira (2014), tanto a população residente na área rural, quanto suas escolas, por muito tempo ficaram de fora das políticas públicas, resultando em uma aprendizagem condicionada ao modelo urbano, que desconsidera as relações que se desenvolvem no campo.

Todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891,

evidenciando-se de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (BRASIL *apud* PEREIRA e FERREIRA, 2014).

Neste contexto, movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem denunciado a situação vivida pela população no campo e consequências sociais e humanas de um modelo de desenvolvimento que se baseia na exclusão e miséria da maioria, ao mobilizar uma forma própria de educação no espaço da escola do campo junto das famílias acampadas e assentadas. (Pereira e Ferreira, 2014, p. 23)

Na Declaração Final da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em Luziânia no estado de Goiás, em agosto de 2004, estão organizadas tais denúncias. São elas:

Ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola; Falta Infraestrutura nas escolas, e ainda há muitos docentes sem a formação necessária; Falta uma política de valorização do magistério; Falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica; Falta financiamento diferenciado para dar conta de tantas faltas; Os mais altos índices de analfabetismo estão no campo; Os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses de seus sujeitos. (PEREIRA e FERREIRA, 2014, p. 23-24)

Diante disto, a Educação Escolar Quilombola, assim como a educação do campo, surge como resultado da demanda dos movimentos sociais, sendo os movimentos negro e quilombola, atores centrais dessa luta. É importante ressaltar que a Educação Escolar Quilombola não é uma modalidade à parte e sim uma modalidade da Educação Básica, que está para além da luta do movimento negro e quilombola, pois possui ancoragem legal. O Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais/ADTC/1988 a Lei 10.639/2003 e a Resolução Nº 8 de 20 de novembro de 2012 são instrumentos legais resultado das várias mobilizações e reivindicações das comunidades quilombolas e dos movimentos sociais negros. A Resolução Nº 5 de novembro de 2009 estabelece que as propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos das florestas, devem:

I - Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; II - Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis; III - flexibilizar, se

necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações; IV - Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; V - Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade (BRASIL, 2009).

Atendendo às deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) onde foi definido que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam:

a) garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional. b) assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local. c) promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo. d) garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados. e) instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas. f) garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização. g) instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. h) assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132)

E seguindo as orientações das diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que definem que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2013, p. 46)

A Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação após instituir uma comissão responsável por elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola realizou no ano de 2011 três audiências públicas para subsidiar a elaboração das referidas diretrizes, tendo apoio e parceria com o

Ministério da Educação, da Fundação Cultural Palmares, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, dos Governos dos Estados, Prefeituras Municipais e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. O tema das audiências públicas foi “A educação quilombola que temos e a educação quilombola que queremos” e contou com a participação de representantes de comunidades quilombolas, gestores, docentes, estudantes, movimentos sociais, ONGs, fóruns estaduais e municipais de educação e diversidade étnico-racial, pesquisadores entre outros interessados no tema (BRASIL, 2012).

Resumindo, as reivindicações da comunidade da Educação Escolar Quilombola, tornaram-se deliberações que foram acatadas pelo Conselho Nacional de Educação e diante disso tem-se o parecer e a Resolução que surgem com o objetivo de regulamentar as demandas da Educação Escolar Quilombola.

A resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, estabelece que a educação escolar quilombola na educação básica fundamentalmente organiza o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se e alimentando-se da memória coletiva, das línguas reminiscentes, dos marcos civilizatórios, das tecnologias e formas de produção do trabalho, das práticas culturais, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012).

São compreendidas como pertencentes à educação básica as seguintes etapas do processo de ensino-aprendizagem: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação à distância (BRASIL, 2012).

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, esta é destinada ao atendimento das populações quilombolas sejam elas rurais ou urbanas, considerando suas variadas formas de produção cultural, social, política e econômica. Devendo ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades quilombolas reconhecidos pelos órgãos públicos, sejam estas rurais ou urbanas, bem como por instituições de ensino que estejam próximas às comunidades quilombolas ou que recebam grande demanda de estudantes provenientes dessas comunidades. (BRASIL, 2012).

O artigo 8º da Resolução Nº 8 de 20 de novembro de 2012 estabelece que os princípios da Educação Escolar Quilombola devem ser garantidos através da:

I - Construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias; II - Adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioeducacionais de cada quilombo; III - garantia de condições de acessibilidade nas escolas; (BRASIL, 2012)

Gomes (2014) ressalta que a ideia de uma ciência histórica pura e universal é ultrapassada. Oferecer aos povos remanescentes de quilombolas uma educação pensada a partir de sua história, sua cultura e suas lutas, é uma maneira de buscar reparar a dívida histórica que o país tem com esses povos que até os dias atuais sofrem as consequências de um passado opressor. Não se trata de não ensinar, pois como ressalta Nascimento *apud* Gomes (2015), o conhecimento que os povos afrodescendentes necessitam é aquele que também “os ajude a formular teoricamente - de forma sistemática e consistente- sua experiência de quase quinhentos anos de opressão”.

Respeitar a cultura de um povo no âmbito educacional não significa oferecer uma educação inferior, mas sim uma educação contextualizada, até mesmo na configuração do espaço escolar. Como ressaltam FRAGO e ESCOLANO (1943) o espaço comunica o que o ser humano faz deste, sua configuração é um produto cultural específico que não diz respeito apenas às relações interpessoais, mas também à liturgia e ritos sociais.

2. Entendendo a Identidade Quilombola

O termo quilombo, quando trazido ao debate, em muitos momentos é entendido como o termo utilizado no Brasil para identificar as comunidades criadas por pessoas escravizadas fugitivas. De fato, foi o que aconteceu à princípio. Como afirma Gomes (2015), quase sempre, os quilombos do período colonial eram formados a partir dos escravizados fugitivos. Porém não foi apenas a partir das deserções que se caracterizava o crescimento populacional dos agrupamentos, na verdade a maior parte foi povoada a partir de nascidos nos próprios quilombos.

Sua demografia era diversificada. Em uma mesma região coexistiam quilombos estáveis e populosos com cerca de cem habitantes, e agrupamentos menores, de estruturas improvisadas (Gomes, 2015).

Práticas de agricultura, mineração, caça e pesca eram atividades comumente realizadas nos quilombos, lembrando que ao tratar-se da economia quilombola, fatores geográficos, demográficos e culturais exerciam influência em sua organização. Cabe aqui ressaltar que o isolamento não era uma realidade dos quilombos, mesmo que havia quem afirmasse que os quilombos se isolaram, com o propósito de protegerem-se e, que isso foi essencial para sua reprodução. E assim, construíram-se as “imagens de quilombolas localizados em montanhas e planaltos incrustados em serras ou áreas inóspitas de sertões, bem distantes, nunca localizados ou alcançados” (Gomes, 2015, p. 26).

Ao considerar práticas como o cultivo, que aconteciam não só para a subsistência, mas também para a produção de excedentes visando manter trocas mercantis com vendedores locais (Gomes, 2015) nota-se que realmente os quilombos não se encontravam nessa condição de isolamento. Vale ressaltar que:

“Tais trocas, que nunca foram sinônimos de paz ou ausência de conflitos, sobretudo significaram experiências que conectavam toda a sociedade escravista, tanto aquela que reprimia como a que acobertava os quilombolas e suas práticas (GOMES, 2015, p. 26)”

O mesmo autor destaca que a capacidade de articulação com as lógicas econômicas das regiões que se estabeleciam, foi característica fundamental para o crescimento populacional dos quilombos, característica que os diferencia de muitas outras áreas escravistas nas Américas.

Ainda sobre a organização social do quilombo, Gomes (2015) pontua que são raros os registros que noticiam a presença de mulheres nos quilombos. A ausência desses registros, apesar de invisibilizar a história das mulheres quilombolas, não extingue a discussão sobre a influência destas nos agrupamentos, pois como o autor salienta, as documentações sobre quilombos, feitas em sua maioria por comandantes de tropas, tinham apenas como objetivo justificar sua destruição, reservando aos habitantes dos quilombos os títulos de fujões, bandidos e assassinos, que conseqüentemente tinham sua história, seus aspectos culturais e sociais completamente ignorados. Fator que mostra o quão importante é buscar conhecer a história que não seja contada do ponto de vista do colonizador, pois como pontua Thompson (1998), a estrutura de poder por muito tempo funcionou como um grande gravador que modelava o passado à sua própria imagem.

Quanto a definição do que é um quilombo:

Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: 'toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele'. (SCHMITT, CARVALHO e TURATTI, 2002, p. 02)

Schmitt, Carvalho e Turatti (2002) destacam como essa definição se perpetuou e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 1970, autores que em sua maioria atribuem um tempo histórico passado aos quilombos, cristalizando sua existência no período em que a escravidão vigorou no Brasil e que também caracterizam a formação do quilombo como uma negação do sistema escravista, reduzidos à espaços de resistência e isolamento das populações negras do país, sendo assim, mesmo que as discussões levantadas por uma grande quantidade de autores tenham sua devida importância e legitimidade, estas não abrangem toda a diversidade de relações entre os povos escravizados e a sociedade escravocrata. Gusmão apud Schmitt, Carvalho e Turatti (2002) afirma que a visão reduzida que se tinha das comunidades rurais negras refletia, na verdade a invisibilidade propositalmente, ignorando os efeitos da escravidão na sociedade Brasileira.

Desde o século XVI, os povos escravizados, subalternizados, enquanto raça, têm sua cosmologia invisibilizada na História do Brasil, mas não só aqui. Essa invisibilidade não acontece por acaso e não é uma prerrogativa da herança

colonialista brasileira. Esse é um processo continental, que atinge as Américas no processo de racialização produzida pelo sistema mundo moderno colonial. (Gomes, 2014, p.108)

Neste sentido, fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão garantir o seu acesso à terra, trouxe à tona a necessidade de redimensionar o conceito de quilombo (SCHMITT, CARVALHO e TURATTI, 2002, p. 01). Pois como ressaltam os mesmos autores, há uma extensa e variada gama de situações de ocupação de terras por grupos negros que precisa ser validada, pois esta ultrapassa o binômio fuga-resistência que é “instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais” (SCHMITT, CARVALHO e TURATTI, 2002, p. 01).

Hoje, espalhadas por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais (algumas já em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades) e remanescentes de quilombos. Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. (GOMES, 2015, p. 05)

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

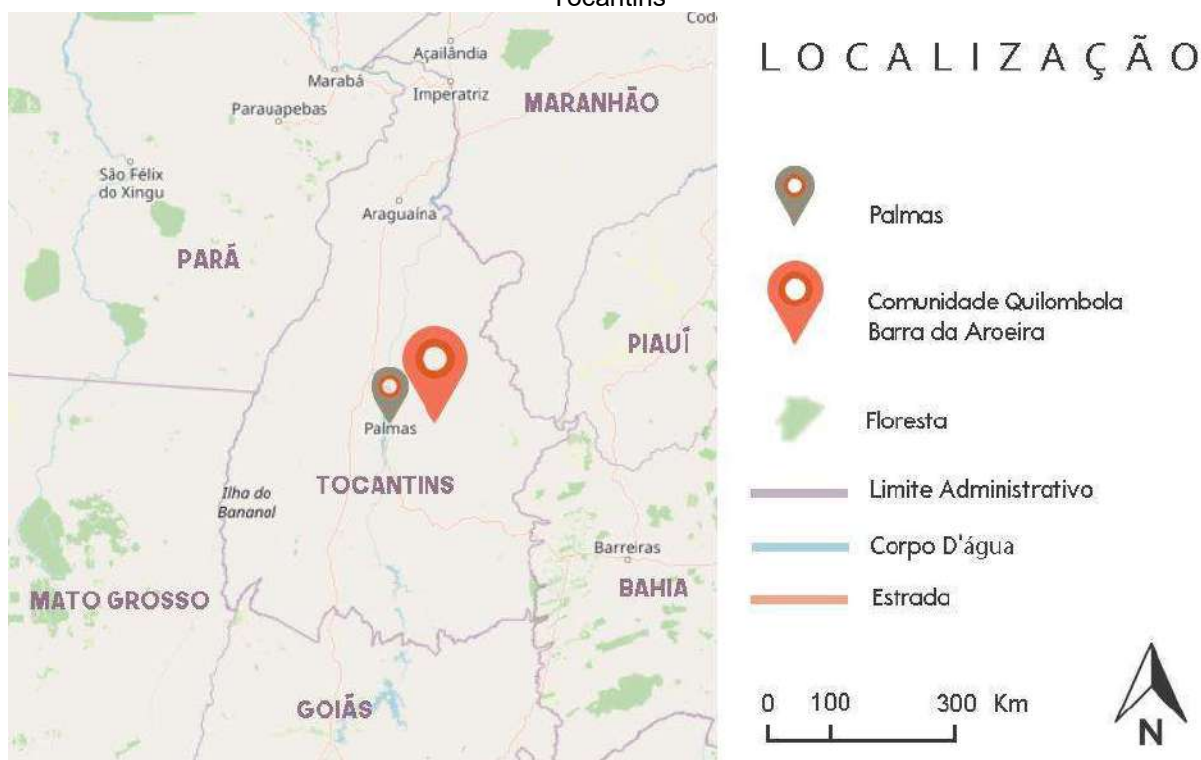
A Constituição Federal de 1988 trouxe um novo conceito de Comunidade Quilombola. “A partir desse momento, a categoria “quilombo” passou a ser reinterpretada de forma mais humana e cidadã. Precisou assumir um novo sentido para atender à questão agrária de todas as comunidades negras rurais, e não apenas às remanescentes de quilombo” (FIABANI, 2007, p. 07). Ou seja, Comunidade Quilombola não ficou restrita ao conceito de “local de negros fugidos”. Concepção que de certa forma, dá uma conotação não positiva da situação em que se encontram.

O decreto 4887/2003 traz como definição de Comunidades Quilombolas “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

2.1. A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira

Localizada na região do Parque estadual do Jalapão, a 12 quilômetros de distância da área urbana da cidade de Santa Tereza do Tocantins e a 96 quilômetros de distância da capital do estado nas margens da TO-247, km 166, no município de Santa Tereza do Tocantins, a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, é uma comunidade rural negra, constituída de remanescentes de quilombolas. Félix Rodrigues ex escravizado, foi quem deu início ao processo de ocupação do território no ano de 1933 (DIAS, 2011). O nome Barra da Aroeira – reconhecido pela Fundação Palmares - se justifica pelo fato de o território se encontrar no encontro dos Córregos Aroeira e Brejo Grande (TEIXEIRA e SOUZA, 2016), sendo que o córrego leva o nome devido a grande quantidade de pés da árvore aroeira¹ na região.

Figura 1 - Mapa de localização da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira no estado do Tocantins



Adaptado de: <https://www.openstreetmap.org/>, 2021.

Conforme pontua o Ministério da Educação (2012), as comunidades quilombolas se organizam politicamente em torno de uma das suas reivindicações

¹ Árvore de porte médio, dioica, de folhas compostas, aromáticas. Nome científico: *Schinus terebinthifolia*.

mais importantes, que são a demarcação dos seus territórios e suas respectivas titulações. São comunidades portadoras de etnicidades próprias que sofrem com as consequências das desigualdades sociais e da instabilidade política e econômica do país (AMARAL, 2017, p.24). Situação que a população da comunidade vivencia há muitos anos.

Atualmente com 174 famílias reconhecidas, conforme dados do Inbra em processo administrativo que foi publicado no Diário Oficial da União no ano de 2011, a comunidade possui território identificado e delimitado com área de 62.315,3819 ha (BRASIL, 2011).⁴

O processo que de 2011 até o momento atual está em andamento, deixa a população à mercê do governo do estado, que somente em julho de 2021, através do Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS) outorgou o título definitivo de 912,6015 hectares do território à comunidade.

Figura 2 - Cerimônia de concessão do título definitivo dos 912,6015 hectares.



Fonte: Facebook Comunidade Barra da Aroeira, 2021.

Vale ressaltar que antes disso, havia apenas a concessão do estado de um território correspondente a 1000 hectares por um período de 20 anos, situação que gerava muita ansiedade na população que ali reside. Esse marco que foi a outorga do

título à comunidade foi fruto de muita luta e resistência por parte dos moradores que sempre se mobilizaram em busca de seus direitos. Como salienta Claro (2020), que os povos do campo, constroem uma história repleta de lutas e resistências. Lutas que não se restringem aos interesses do sistema econômico capitalista que se vive, mas partem de uma exigência por uma participação ativa para além da comunidade.

Figura 3 - A população reivindicando seus direitos durante manifestação.



Fonte: Facebook Comunidade Barra da Aroeira, 2021.

A luta da população agora é pela titulação de todo o território pertencente à comunidade, uma luta que vai de encontro com o interesse de fazendeiros que ocupam uma parte significativa do território da Barra da Aroeira. Pois como afirmam Amaral e Pereira (2016), as reivindicações das comunidades quilombolas sobre seus territórios representam processos transformadores complexos que abrangem não

somente a questão das identidades, mas também novos mecanismos políticos entre as comunidades organizadas e o poder público.

Figura 4 - Território da Comunidade Barra da Aroeira

Território e Núcleo Residencial



Adaptado de: Google Earth, 2021.

2.1.1. Breve Histórico

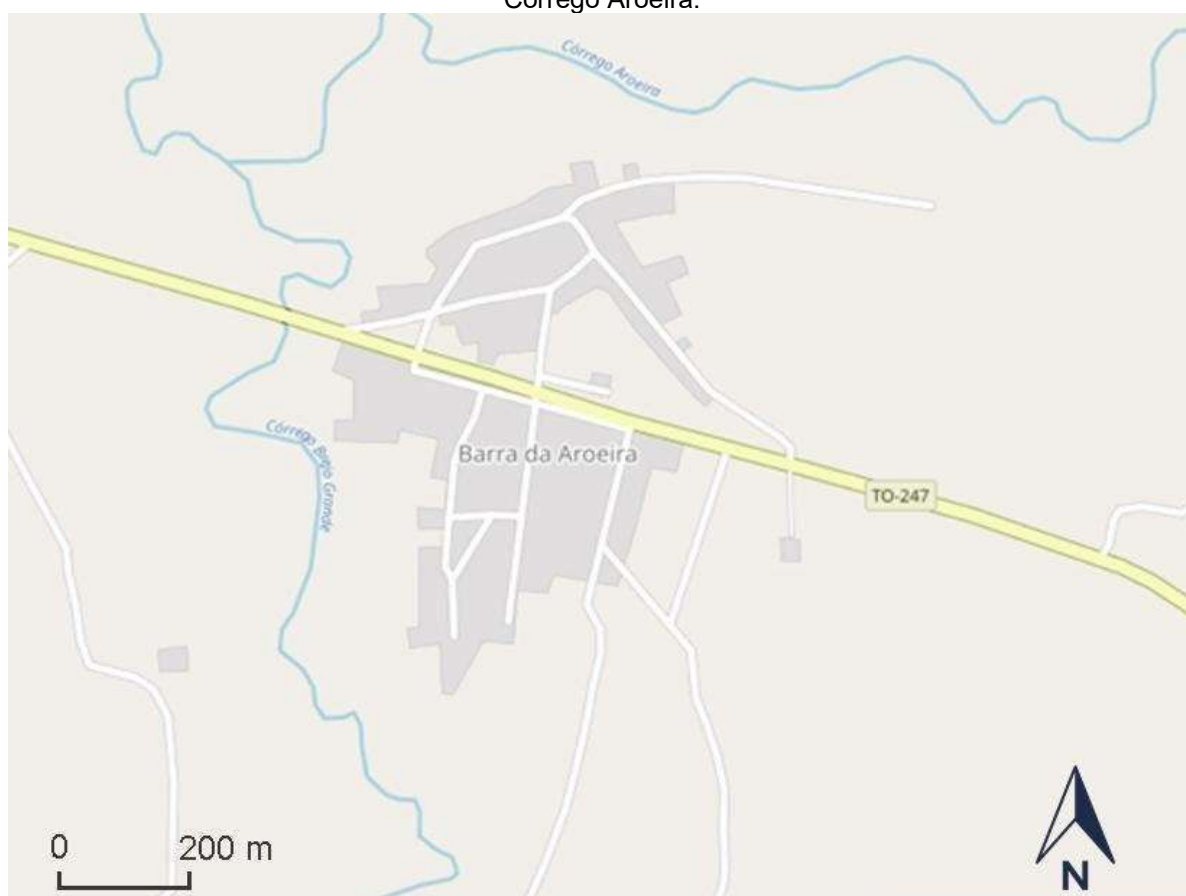
A história da Barra da Aroeira tem sua base na oralidade, os relatos da ocupação do lugar são repassados pelos mais velhos aos mais jovens com afincos, fato que contribui para que a população e as futuras gerações compreendam as revoluções que passaram e passam em suas próprias vidas, além de ajudar os que vem de fora a conhecer as raízes da comunidade

Thompson (1998) pontua a importância da história oral na contribuição para a recuperação da memória nacional. Pois “a memória de um, pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos” (THOMPSON, 1998, P. 17)

O surgimento da Comunidade se dá a partir da chegada do patriarca, ex escravizado, Félix José Rodrigues juntamente com sua esposa Venância Rodrigues à região. O território em questão, foi concedido pelo governo brasileiro, na pessoa de

Dom Pedro II, como pagamento após Félix ter lutado na Guerra do Paraguai². O documento de concessão do território, segundo os moradores foi queimado em um incêndio por volta do ano de 1930, sendo apenas a palavra dos moradores a verdade sobre a história da ocupação do território, e estes fazem questão de falar, a roupa utilizada pelo patriarca durante a batalha, que é motivo de orgulho e essencial na construção da história da comunidade. Como pontua Freitas (2007), para que se compreenda as condições essenciais para a produção do espaço, é necessário que se incluam os processos históricos.

Figura 5 - Mapa da Área Residencial da Comunidade entre os córregos Brejo Grande e Córrego Aroeira.



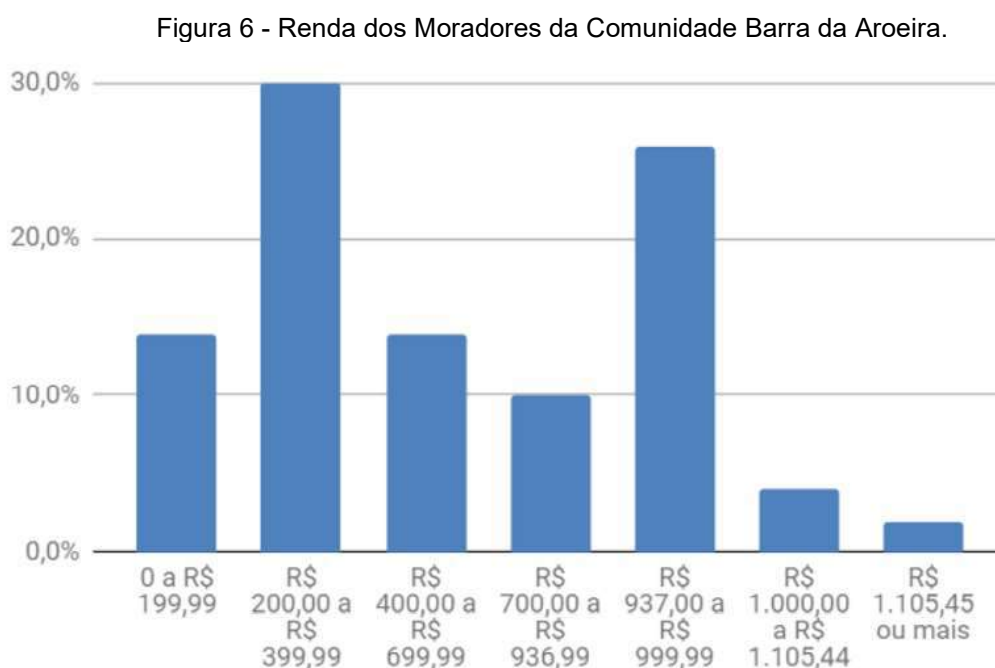
Adaptado de: <https://www.openstreetmap.org/>. 2021.

2.1.2. Organização Social e Economia

A comunidade tem sua subsistência baseada principalmente na produção agrícola, na criação de animais e produção de artesanatos feitos principalmente de

² Conflito armado entre Paraguai, Brasil, Uruguai e Argentina que ocorreu entre os anos 1864 e 1870. Considerado o maior conflito da América do Sul.

capim dourado - sendo o espaço para exposição e venda destes, uma solicitação recorrente da comunidade durante as reuniões realizadas pelo projeto Raios de Sol -, mas para além disto, alguns moradores trabalham na Escola Municipal Horácio José Rodrigues, alguns moradores recebem benefício de aposentadoria ou outro benefício do governo federal e há outros que trabalham nas cidades vizinhas. As informações do gráfico a seguir foram coletadas através de levantamentos feitos pela equipe do projeto Raios de Sol no ano de 2017.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2017.

“Compreender quilombo como territórios de resistência, organização política, econômica e cultural é fundamental para não incorrer numa visão essencialista que os remete apenas à origem africana e lá ficar encapsulada” (GOMES, 2014, p.108). Somente assim é possível se libertar do sistema que designa ao indígena o papel de servil, ao negro a identidade de escravo e o papel de subordinação e ao branco a exploração de sua força de trabalho através do operariado no sistema indústria (Gomes, 2014).

Uma característica marcante da forma como a comunidade se organiza é o protagonismo feminino nas interações políticas locais. Como afirma Dias (2011), isso se deve, em parte, pelo fato de grande parte dos homens mais jovens se ausentarem

durante a semana para trabalharem nas cidades que rodeiam a comunidade e os homens mais velhos em sua maioria se dedicarem às práticas de cultivo. Vale salientar que até mesmo em termos demográficos, há uma maior quantidade de mulheres em relação à quantidade de homens na comunidade.

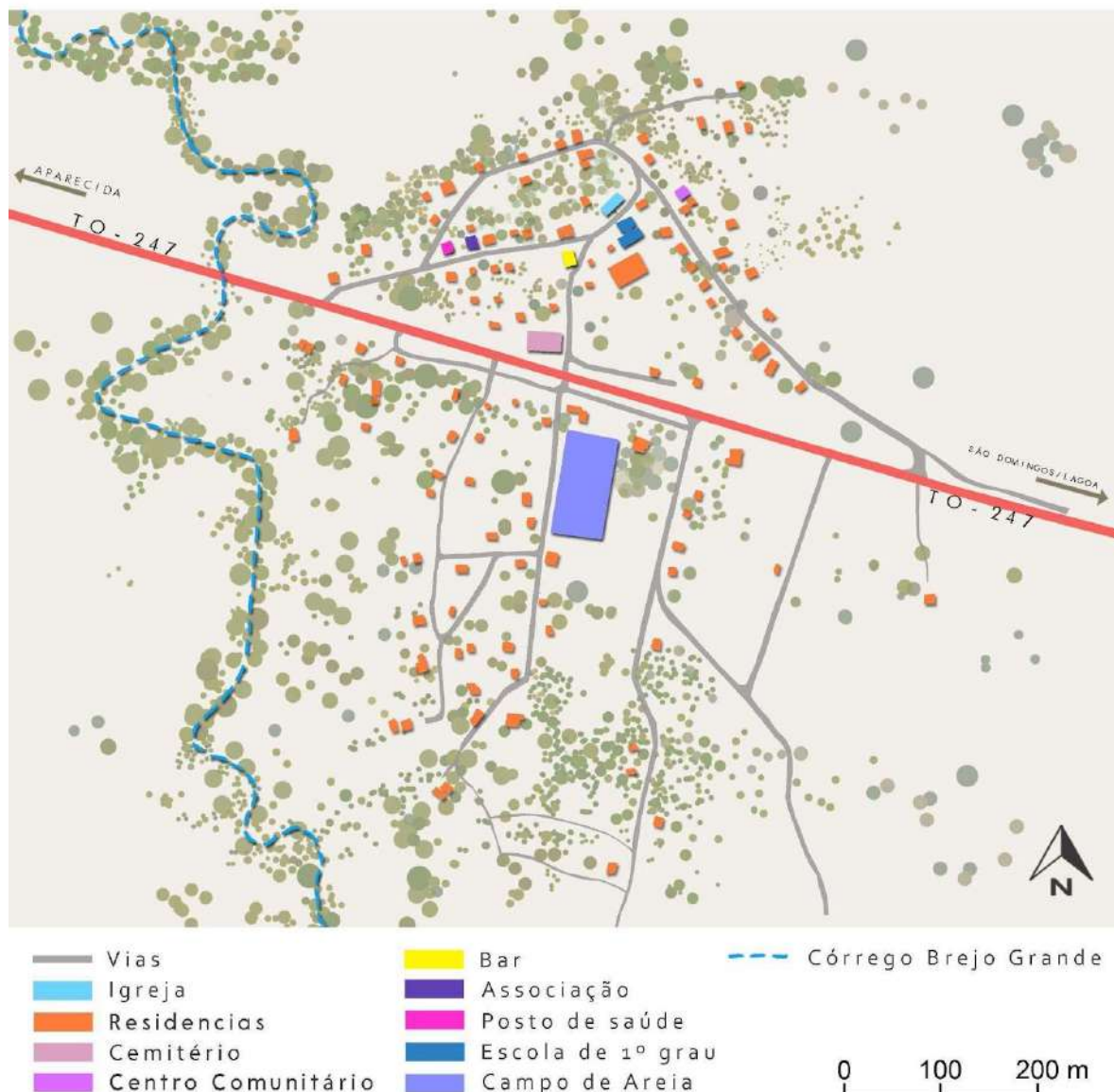
A casa ainda é o lugar ocupado pelas mulheres da comunidade. Nesse contexto Hooks (1952, p. 84) afirma que “quando as mulheres, em casa, dedicam todo o tempo a atender às necessidades dos outros, o lar é local de trabalho para ela, não é local de relaxamento, conforto e prazer”. No contexto da Barra da Aroeira o local casa é ainda muito mais simbólico, pois são nos quintais onde são debatidas as questões coletivas em sua maioria pelas mulheres que estão presentes no dia-a-dia na comunidade. E quando fora dali estas mulheres continuam atuando em uma esfera política que demanda questões decisivas para a vida local (DIAS, 2011).

2.1.3. Uso e Ocupação do Solo

Quanto à ocupação do solo na comunidade, considerando o espaço que pode ser denominado núcleo, este se constitui majoritariamente de residências, sendo os equipamentos identificados: uma igreja, um centro comunitário, a sede da associação, um bar, uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde. As informações exibidas no mapa a seguir foram coletadas por meio de levantamentos feitos pela equipe do projeto Raios de Sol.

Figura 7 - O Uso do Solo na Comunidade Barra da Aroeira.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Fonte: Projeto Raios de Sol. Mapa Elaborado pela autora.

Em termos de infraestrutura, a comunidade possui acesso à iluminação pública, mesmo que esta apresente pontos negativos, como a demora da assistência da empresa responsável quando há algum problema na rede. As vias de circulação interna da comunidade não possuem cobertura asfáltica, muito menos sistema de esgoto, sendo os resíduos destinados a fossas e a coleta de lixo é realizada pela prefeitura de Santa Tereza.

As casas da comunidade possuem uma característica comum de grande parte das residências construídas na área rural, a autoconstrução. Quanto à técnica construtiva utilizada na comunidade, as construções em adobe e em taipa por muito tempo predominaram na região e conforme relatam alguns moradores, os anos foram passando e a taipa deixou de ser utilizada e as construções em adobe foram sendo substituídas pelas construções de tijolo cerâmico. Em um levantamento feito por uma moradora da comunidade, chegou-se à estimativa de que atualmente existem aproximadamente 20 casas construídas utilizando o adobe como técnica construtiva principal. Dado esse que assustou até mesmo a moradora, que disse imaginar que esse número era bem maior.

2.2.A Escola da Comunidade Barra da Aroeira

O espaço escolar exerce grande influência na formação do indivíduo, desde os primeiros e até os últimos anos, e é ali que as crianças permanecem durante os anos em que se formam as estruturas mentais básicas. Estruturas mentais estas, “conformadas por um espaço que socializa e educa, mas que diferentemente de outros, situa e ordena com essa finalidade específica a tudo e a todos que nele se encontram” (FRAGO e ESCOLANO, 1943, p. 64). Este espaço dotado de significados tem grande valor na produção da memória individual e coletiva.

A Escola Municipal Horácio José Rodrigues é a instituição de ensino que atende a comunidade Barra da Aroeira. Segundo as informações apresentadas no Projeto Político Pedagógico da instituição (Santa Tereza do Tocantins, 2020), a escola foi implantada na comunidade no ano de 1970 quando ainda o poder público era representado pelo município de Novo Acordo. A edificação era constituída de uma sala construída em adobe e que possuía cobertura de palha, esta foi construída através de um mutirão. O nome inicial da escola era Escola Municipal Educandário São Sebastião e inicialmente tinha apenas um professor, Horácio José Rodrigues³, com o tempo vieram as professoras Isabel Rodrigues, Fidélia Rodrigues, Rosa Ramos Barreto e Maria de Jesus Rodrigues da Silva.

A partir de 1993, devido ao aumento da demanda pela escola, foi construído um novo espaço com 03 salas de aula, 01 secretaria, 01 cantina, 01 depósito e 01

³ Horácio José Rodrigues foi o primeiro professor na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, muito admirado pela população. A escola local leva o mesmo nome em sua homenagem.

banheiro. Até então o ensino na Escola Municipal Educandário São Sebastião era multisseriado e só deixou de ser entre os anos de 2013 e 2014, ano que também foram construídas duas novas salas de aula.

Conforme dados do IDEB, atualmente encontram-se matriculados ao todo 135 alunos em um total de 10 turmas, sendo que nenhuma destas é multisseriada.

Figura 8 - O espaço da Escola Municipal Horácio José Rodrigues.



Fonte: A autora, 2018.

Na escola, as etapas de ensino ofertadas são a Pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental e anos finais do Ensino Fundamental.

Figura 9 - O espaço da Escola Municipal Horácio José Rodrigues.



Fonte: A autora, 2021.

É importante lembrar que a Educação Infantil que abrange a faixa etária de 03 meses até os 05 anos de idade, é fundamental para a introdução do indivíduo no processo de ensino-aprendizagem escolar, pois é onde se desenvolvem habilidades como a interação com outros indivíduos e expressão de seus sentimentos e emoções.

O parágrafo primeiro do artigo quinto da Resolução nº 5 de 17 de novembro de 2009 que estabelece as diretrizes curriculares para a Educação Infantil, determina que é “dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção” (BRASIL, 2009).

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009)

Figura 10 - O espaço da Escola Horácio José Rodrigues



Fonte: A autora, 2021.

A escola não oferece a etapa do Ensino Médio, que é a etapa final da Educação Básica, onde ocorre o aprimoramento do indivíduo como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 2018). Os estudantes que necessitam acessar tal etapa da educação, deslocam-se para a área urbana. Porém, segundo relatos, este deslocamento não é tão problemático, visto que a distância entre a comunidade e o município de Santa Tereza não é tão grande.

Tratando-se de prática pedagógica inclusiva, há um total de seis alunos matriculados, e segundo o Ideb, os banheiros são adequados para os alunos com deficiência e as vias de circulação interna possuem recursos de acessibilidade. Porém, as rampas existentes na escola, por exemplo, são extremamente inclinadas e o piso do pátio - que é descoberto - possui desníveis.

Os sistemas de ensino devem assegurar a acessibilidade para toda a comunidade escolar e aos estudantes quilombolas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, mediante: I - prédios escolares adequados; II - equipamentos; III - mobiliário; IV - transporte escolar; V - profissionais especializados; VI - tecnologia assistiva; VIII - outros materiais adaptados às necessidades desses estudantes e de acordo com o projeto político-pedagógico da escola. (BRASIL, 2012)

Figura 11 - A rampa de acesso na escola.



Fonte: A autora, 2018.

O edifício da escola, composto por dois blocos, contando com um total de 06 salas de aula, 03 sanitários, 01 sala de professores, 01 cantina, 01 diretoria e um pátio descoberto. A instituição não conta com biblioteca, laboratórios de ciências e nem de informática, não possui sala de leituras e nem auditório. A escola também não possui área verde ou parque infantil. Os sanitários existentes não são adequados para a educação infantil e o esgotamento sanitário é feito para uma fossa.

Figura 12 - Espaço interno de uma sala de aula da escola da Comunidade.



Fonte: A autora, 2018.

Perez (2012) evidencia que a escola da atualidade enfrenta dificuldades quando se trata de aceitar as mudanças sociais e familiares e considerá-las para as novas exigências que estas trazem na execução dos objetivos escolares. No contexto da comunidade Barra da Aroeira, no que tange a configuração do espaço escolar, nota-se como a realidade da comunidade é desvalorizada na oferta educacional, pois suas práticas, cultura e costumes não são levadas em consideração nesse espaço de produção de conhecimento. Como enfatizam Pereira e Ferreira (2012), se faz urgente e necessário lutar por uma educação que valorize e trabalhe as identidades construídas por estas populações e suas potencialidades, com o intuito de expandir essa educação com rapidez e qualidade exigidas pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e também pela desigualdade histórica que sofreram e ainda sofrem.

Ao buscar compreender como se deu o desenvolvimento da escola com o passar do tempo, se torna possível entender o porquê de até os dias atuais, o acesso à educação acontecer de maneira tão desigual em todas as sociedades. Inicialmente,

a escola emergiu como uma instituição destinada a instruir indivíduos da classe privilegiada, sendo restrita a poucos. O acesso à educação pela população em geral surge na necessidade de formação e qualificação conforme ocorre a modernização. Diante disto já podemos refletir como na atualidade, com a democratização do acesso ao ensino, a educação escolar se diferencia entre os segmentos sociais. Enquanto que a classe dominante vê a escola como um meio de formação intelectual e acadêmica, as classes mais pobres veem na escola uma oportunidade de qualificação para o trabalho e mobilidade social. (PEREZ, 2012)

Enquanto que a família e a comunidade se configuram pela fragmentação e assistematização de suas práticas, a escola se apresenta com o “intuito de produzir e reproduzir uma homogeneidade cultural relacionada com a divisão do trabalho, parcialmente determinada por conflitos sociais e relações de dominação” (PEREZ, 2012, p. 13).

Nesta perspectiva compreende-se o porquê das instituições de ensino - com destaque para as que estão localizadas no campo e atendem remanescentes quilombolas ou indígenas - não se adequarem para suprir as demandas dessas populações.

A ausência das vozes das populações que têm sua vivência construída fora das cidades é verificada quando “não são respeitadas as culturas, os costumes, a forma de organização, os anseios e projetos que estejam vinculados às necessidades da comunidade em que a escola esteja inserida” (AZINARI e PEREIRA, 2014, p. 25) Pois quando uma escola é planejada para atender a estas populações, é considerada a realidade de cada comunidade, seu tamanho, a base de sua economia, a distância da cidade e a disponibilidade dos recursos tecnológicos, sua história e suas lutas (BERTONCELLO, 2015).

2.2.1 Pesquisa de Campo

Esse tópico é iniciado ressaltando que grande parte das informações motivadoras da realização deste trabalho são parte do acervo documental do Projeto de Extensão Raios de Sol.

Em decorrência do contexto pandêmico, uma nova visita à Comunidade Quilombola Barra da Aroeira aconteceu no dia 31 de outubro de 2021. Momento este onde assim como em todas as outras visitas realizadas anteriormente na comunidade, os moradores se mostraram muito receptivos.

Foi realizada uma pesquisa de opinião com alguns moradores da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, dentre estes estão alunos, ex-alunos, pais/responsáveis, um professor, uma técnica de alimentação e o diretor da Escola Municipal Horácio José Rodrigues. Os mecanismos foram diversos, com a intenção de obter o máximo de informação possível.

O primeiro momento, foi durante a visita à comunidade, de forma mais descontraída, com algumas perguntas-chave, as pessoas começaram a expor suas expectativas em relação à uma escola adequada para a comunidade.

A seguir estão apresentadas as perguntas e algumas respostas que mais se repetiram.

1. O que você acredita que a Escola Horácio José Rodrigues precisa enquanto escola em uma comunidade quilombola?

Figura 13 - Palavras-chave da entrevista.

RETOMAR TRADIÇÕES
PRÁTICAS AGRÍCOLAS
PRESERVAR CULTURA
ACESSIBILIDADE HISTÓRIA

Fonte: Elaborado pela autora.

A resposta mais ouvida para esta pergunta foi da necessidade de retomar algumas tradições e da cultura da comunidade. Segundo alguns moradores, conforme o tempo passa, tem se perdido muito da cultura, apesar de ser uma luta diária de muitos para que a história e as tradições sejam repassadas para as gerações futuras.

2. O que você acha que mais representa a identidade da comunidade Barra da Aroeira?

Desta pergunta saíram diversas coisas, os artesanatos tanto de capim dourado quanto de palha de buriti, as danças maculelê e dança do vento, as comidas tradicionais, a viola fabricada por alguns moradores.

Figura 14 - Palavras-chave da entrevista.

MACULELÊ
 VIOLA CESTARIAS
 TIJOLO DE ADOBE
 CAPIM DOURADO
 DANÇA DO VENTO
 COMIDAS TÍPICAS

Fonte: Elaborado pela autora.

3. Que espaços você acha que seriam bons de ter na escola?

Figura 15 - Palavras-chave da entrevista.

ESCOLA ACESSÍVEL LABORATÓRIOS
 BIBLIOTECA
 HORTA SALA DE INFORMÁTICA

Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns moradores citaram o quão bom seria se na escola houvesse uma horta, assim as crianças aprenderiam mais sobre as práticas de cultivo. Outros espaços citados tanto nos encontros na comunidade quanto na pesquisa google formulários foram biblioteca, laboratório e sala de informática. Além de que esses espaços deveriam ser pensados considerando a acessibilidade.

Figura 16 - Momento de entrevista com Andreza Maria de Fátima, moradora da comunidade.



Fonte: Patrícia Orfila, 2021.

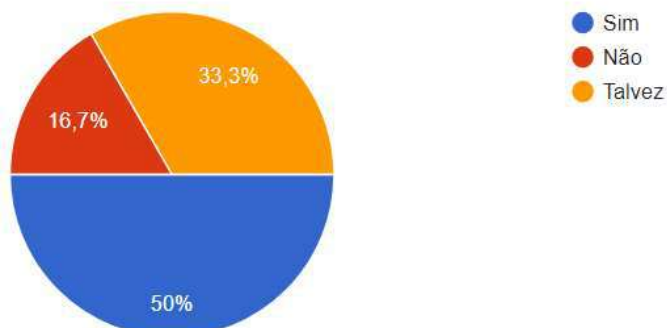
Foi o momento de se posicionar como ouvinte para entender melhor a visão da população que ali reside sobre a escola existente na comunidade.

No segundo momento, um outro mecanismo de pesquisa foi utilizado: a plataforma Google formulários, que apesar das limitações de acesso à internet por algumas pessoas, alguns moradores da Comunidade responderam à pesquisa de opinião a respeito da Escola Municipal Horácio José Rodrigues, na pesquisa via Google Formulários, obteve-se um total de 6 respostas, a seguir estão apresentados os resultados.

Figura 17 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.

Você acha que a Escola Horácio José Rodrigues atende a demanda da população da Comunidade?

6 respostas

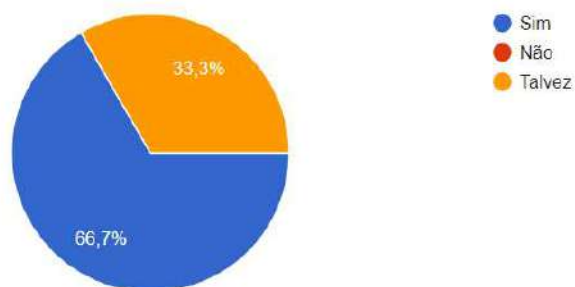


Fonte: A autora.

Figura 18 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.

Você acha que a Escola Horácio José Rodrigues respeita e incentiva a cultura quilombola?

6 respostas

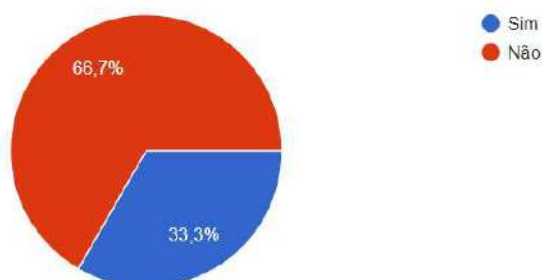


Fonte: A autora.

Figura 19 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.

Você conhece a resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 que estabelece diretrizes para a Educação Escolar Quilombola?

6 respostas



Fonte: A autora.

Figura 20 - Pesquisa de Opinião sobre a Escola Horácio José Rodrigues.

O que você acha que falta na Escola Horácio José Rodrigues?

6 respostas

Um Ensino que valorize e prese pela integridade das nossas raízes e algo que incentive os alunos a se interessarem pela sua própria educação, e um psicólogo para conversar com esses alunos
Uma biblioteca, um labin com computadores para trabalhos escolares, e uma sala de vídeo para aulas com o data-show.
Muita coisa
falta uma infraestrutura de espaço para os alunos . e fazer uma escola do campa para que nos possamos mostrar como sobrevivemos no dia dia
Os alunos zelar mais do seu patrimônio
Falar mais sobre nossa História.

Fonte: A autora.

O uso dos meios digitais foi essencial para a realização da pesquisa de opinião, no terceiro momento, que foi direcionado corpo docente da escola. Nesta etapa foram obtidas respostas de um professor – residente na comunidade- e do diretor da escola.

Quando perguntados sobre suas opiniões sobre a Escola Horácio José Rodrigues enquanto escola localizada em uma comunidade quilombola, a resposta do diretor foi a seguinte: “É muito importante para desenvolver o conhecimento e tentar manter as tradições da comunidade.” (GERALDO, 2021)

Já o professor respondeu:

“UM LEGADO PARA A COMUNIDADE E FUTURAS GERAÇÕES” (JUCIMAR, 2021)

A segunda pergunta foi se a escola respeita e incentiva as particularidades da Comunidade.

A resposta do diretor foi que “Sim com algumas limitações por partes de alguns profissionais por não morarem na comunidade” (GERALDO, 2021).

Já o professor respondeu que “COM CERTEZA: RELIGIÃO, TRADIÇÕES ENTRE OUTROS” (JUCIMAR, 2021).

A terceira foi se a escola segue as diretrizes da Educação Escolar Quilombola que são definidas pela Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012.

O professor respondeu que “INFELIZMENTE NÃO: MAIS ATENDEMOS A ABNCC E OS PCNS” (JUCIMAR, 2021).

Já o diretor respondeu que “Em partes mais seguimos a LDB e os PCN” (GERALDO, 2021).

E por último foi perguntado sobre a infraestrutura da escola, pedi a eles que citassem algo que acreditam que falta na escola.

O professor respondeu que “BUSCARIA UMA BIBLIOTECA, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA” (JUCIMAR, 2021).

Já o diretor respondeu que na escola falta “Uma biblioteca e uma sala de informática” (GERALDO, 2021).

Ainda entrevistando o diretor, este afirmou que percebe muito que falta capacitação dos docentes a respeito das diretrizes da educação escolar quilombola.

Como salienta Foerste e Schütz-Foerste (2012), o acesso dos filhos de trabalhadores à escola é uma prática historicamente negada. Negação que se manifesta através da frágil formação de docentes, da ausência de instalações/espços físicos adequados para a prática de ensino-aprendizagem, e baixa qualidade e, até mesmo, da falta de políticas públicas de educação, no contexto da educação para o trabalhador.

Sendo assim mesmo que este trabalho não tenha o propósito de discutir o currículo da Escola Municipal Horácio José Rodrigues, é importante pensar em como o currículo influencia na configuração do espaço.

Assim, Gomes (2015) pontua que:

[...] as identidades culturais e ancestralidade são experiências carregadas de sentidos [...]. As experiências carregadas de sentido estão assentadas na memória dos mais velhos, no encontro com os mais jovens e no diálogo dos movimentos sociais negros com a escola, é esse diálogo que imprime processos de pertencimento, que asseguram direitos e proporcionam emancipação. GOMES (2015, p. 126)

2.3. Bioconstrução na Comunidade e o Projeto Raios de Sol

As construções feitas utilizando matérias naturais vem sendo utilizadas desde os primórdios pelas mais diversas civilizações. Em todo o mundo podemos encontrar construções em terra que atravessaram o tempo e se encontram em perfeitas condições até os dias atuais.

Com a revolução industrial, a arquitetura em terra deixa de ocupar o lugar de protagonismo na construção civil, deixando esse espaço para novas técnicas. O que

resultou no setor da construção civil ser um dos maiores responsáveis pela exploração dos recursos naturais e conseqüentemente um dos maiores contribuintes da degradação ambiental (Carvalho e Lopes, 2012). Desta maneira, buscar alternativas de construção que causem um menor impacto ambiental é essencial.

2.3.1. Projeto Raios de Sol

O Projeto Raios de Sol (RDS), que foi fonte de grande parte das informações sobre a Comunidade Barra da Aroeira aqui exibidas, foi um projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (NESOL), que atuou em conjunto com a comunidade no período de 2016 à 2020, tendo como objetivo organizar as produções da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira para a sua própria subsistência e a venda de excedentes para o mercado externo através da junção e articulação de um conjunto de projetos e ações de extensão na perspectiva do fortalecimento e fomento de elementos integradores de autogestão societária, através da constituição, aplicação e aprimoramento de uma metodologia de organicidade socioprodutiva.

É possível afirmar que a pedra angular do projeto é a coletividade - característica presente nas comunidades quilombolas em todos os contextos desde seu surgimento e que sempre é pontuada pelos moradores da Barra da Aroeira - propondo a autogestão da comunidade e a utilização da agroecologia como eixos estruturantes para a formação de um núcleo de economia solidária, contando com a participação ativa da comunidade nas discussões e tomadas de decisões.

Figura 21 - Momento de troca entre os moradores da Comunidade e os extensionistas.



Fonte: A autora, 2018.

À exemplo disto, temos a formação da Cooperativa de Produtores Livrementemente e Organicamente Associados, que foi denominada Cooperativa Quilombola Barra da Aroeira Raios de Sol, sigla QUILOMBARRAS fundada em 27 de outubro de 2018 com o objetivo de desenvolver atividades no âmbito socioproductivo, do trabalho associado e colaborativo em prol da organização de benefícios econômicos e socioambientais. O RDS se dividiu nos seguintes Grupos de Trabalho: Bioconstrução, Jovens e formação, Produção rural e Agroecologia, Regularização Fundiária, Direito constitucional, Água, Logística e Captação de recursos. Em suma, o projeto buscou maneiras de organização do trabalho que pudessem resultar na melhoria da qualidade de vida da população da Comunidade Quilombola Barra da Aroeira.

Figura 22 - Grupo de Trabalho Território.



Fonte: A autora, 2019.

É importante lembrar que a cooperativa QUILOMBARRAS necessitava de recursos para o seu funcionamento, porém até o ano de 2020 ainda se aguardava o recurso do Fundo Nacional de Combate à Pobreza, na ordem de 3 (três) milhões de reais. A não liberação do recurso por parte do Governo impossibilitou que houvesse desenvolvimento em todos os eixos de trabalho.

Os momentos cruciais para a decisão do tema deste trabalho, foram as reuniões realizadas com a participação ativa da população da comunidade, onde expuseram suas necessidades e expectativas em relação ao projeto, resumindo, listaram os problemas e as potencialidades do lugar.

Em oficina realizada no ano de 2018 na comunidade, em que os moradores deveriam citar os equipamentos que achavam necessários para oferecer maior qualidade de vida na comunidade, houveram os seguintes apontamentos: praça, escolinha de futebol, quadra poliesportiva, lazer para os idosos, balneário, espaço cultural, aula de dança, creche, posto de saúde (o que tem é alugado), escola de ensino médio, cursos técnicos, cooperativa, casa de farinha, casa de apoio da

associação, associação das mulheres (para a venda de artesanato, próximo à TO-247), casa na TO-247 com área de lazer para trabalhar, que todo mundo vivesse em acordo, e a valorização dos jovens através do esporte e do ensino (RDS, 2018).

Sendo assim, uma escola adequada que atenda a demanda da população, é apenas uma das inúmeras carências do lugar.

2.3.2. A construção em Terra na Comunidade

O grupo de Trabalho de Bioconstrução atuou na comunidade como objetivo de entender como se desenvolve o processo de construção na comunidade e contribuir projetando ambientes utilizando a terra crua como principal elemento construtivo.

Figura 23 - Oficina de Adobe. O processo de produção do tijolo de adobe.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Na Comunidade Barra da Aroeira, durante muito tempo, o material mais utilizado na construção das residências foi o adobe, um bloco com dimensões de 0,20 x 0,20 x 0,40m feito de uma mistura de terra pouco argilosa, água e fibras vegetais ou estrume e moldado à mão (Vasconcelos *apud* Carvalho e Lopes, 2012), que por seu baixo custo de produção, possibilitou o acesso à moradia aos moradores.

Os extensionistas do Projeto Raios de Sol assumiram durante as oficinas o lugar de ouvintes e dispuseram-se a aprender como a comunidade constrói suas moradias quando usam o adobe.

Figura 24 - O tijolo de adobe feito na Comunidade.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Dentre as inúmeras vantagens do tijolo de adobe, vale destacar que a matéria prima, a terra, se adequada, pode ser retirada no próprio lugar onde será feita a edificação, já reduzindo o custo do transporte. Como afirma Corrêa *et. al.* (2005), o adobe é uma importante opção de edificações de baixo custo, este não requer mão de obra especializada e além disso possui excelente conforto térmico e não requer consumo de energia em sua fabricação. O consumo de água para a produção do tijolo de adobe é sessenta vezes menor do que para a do cimento, além de não apresentar perigo para sua manipulação.

No entanto, o adobe pode apresentar desgaste e erosão caso entre em contato com a água, dependendo de sua composição. Para resolver esse problema, constrói-se uma fundação com um material resistente à água e cobertura com beirais

largos. No caso da imagem abaixo, em uma residência da comunidade, a fundação é feita de pedra.

Figura 25 - Detalhe de Construção em Adobe na comunidade.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol, 2018.

Segundo Corrêa *et. al.* (2005), considerando o grande e problemático déficit habitacional do país e a urgente busca por alternativas de construção que causem menor impacto ao meio ambiente e que tenham baixo custo em contrapartida as técnicas industrializadas, é de fundamental importância valorizar a técnica construtiva em adobe, que além de gerar oportunidade de trabalho, possibilita a integração dos profissionais da construção civil com a comunidade.

A taipa, também conhecida como taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado ou pau a pique (Carvalho e Lopes, 2012) é outra técnica construtiva que segundo relatam os moradores da Barra da Aroeira, foi utilizada por muito tempo na comunidade.

Figura 26 - Oficina de Taipa na Comunidade, 2018.



Fonte: A autora.

Esta consiste em uma estrutura de madeira ou bambu, composta de ripas posicionadas vertical e horizontalmente formando uma trama e ligadas à uma estrutura portante que pode ser por exemplo, de madeira.

Figura 27 - Oficina de Taipa na Comunidade, 2018.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol.

A mistura de barro é lançada na parede dos dois lados ao mesmo tempo e pressionada sobre a trama da parede, que depois de seca pode receber uma camada de reboco e também de pintura.

Figura 28 - Oficina de Taipa - Construindo a Parede, 2018.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol.

Durante as oficinas foi possível notar como uma mesma técnica pode se diferenciar de acordo com o povo que a utiliza. Os moradores mostraram como funciona o processo, desde a retirada dos torrões, a preparação do barro e a construção da parede. Era perceptível o contentamento dos moradores da Barra da Aroeira em compartilhar os conhecimentos tradicionais com os extensionistas. Durante as visitas, diversas questões foram discutidas, tais como a maneira que se constroem e se planejam as residências, qual o programa de necessidades comum entre os moradores locais.

Figura 29 - Oficina de Taipa - Construindo a Parede, 2018.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol.

Figura 30 - Oficina de Taipa - Construindo a Parede, 2018.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol.

Através das oficinas foi possível entender de forma mais clara a maneira em que as famílias da comunidade se organizam e constroem. Muitos moradores apontaram a necessidade de se ter uma sala grande para acomodar os familiares em dias de festas. Além da cozinha externa - já que no campo, por exemplo, os próprios moradores matam os animais e tratam da carne, necessitando de um espaço adequado para realizar tal atividade- e também o banheiro externo.

Figura 31 - Oficina de Taipa - Preparando a massa. 2018.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol.

Figura 32 - Grupo de trabalho Bioconstrução em frente à residência de Maria de Fátima, construída em adobe, 2018.



Fonte: Acervo do Projeto Raios de Sol.

A existência de novas técnicas construtivas não deveria desvalorizar as técnicas tradicionais, visto que a arquitetura é muito mais que material, através desta também se constrói a territorialidade. A arquitetura em adobe e taipa por exemplo, é elemento da identidade dos povos tradicionais, embora seja comumente associada à precariedade (Carvalho e Lopes, 2012). Pensamento este que foi constatado até mesmo entre alguns moradores da comunidade Barra da Aroeira, enquanto que uma grande parte afirma que construir em adobe é valorizar a técnica como parte da identidade local, há também quem associe casas construídas em tijolo cerâmico - nos moldes da cidade - com qualidade de vida. Calla Garcia *apud* Carvalho e Lopes (2012) afirma que é a falta de conhecimento no uso do material que resulta na precariedade da construção. Fator que não ocorre quando são seguidos os parâmetros construtivos adequados em conformidade com as determinações técnicas.

3. A Proposta

Diante do estudo das análises bibliográficas e pesquisas realizadas até aqui, propõe-se o projeto arquitetônico a nível de anteprojeto de uma escola integral de ensino fundamental para a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira.

Figura 33 - Perspectiva Aérea da Proposta de Projeto da Escola, 2022.



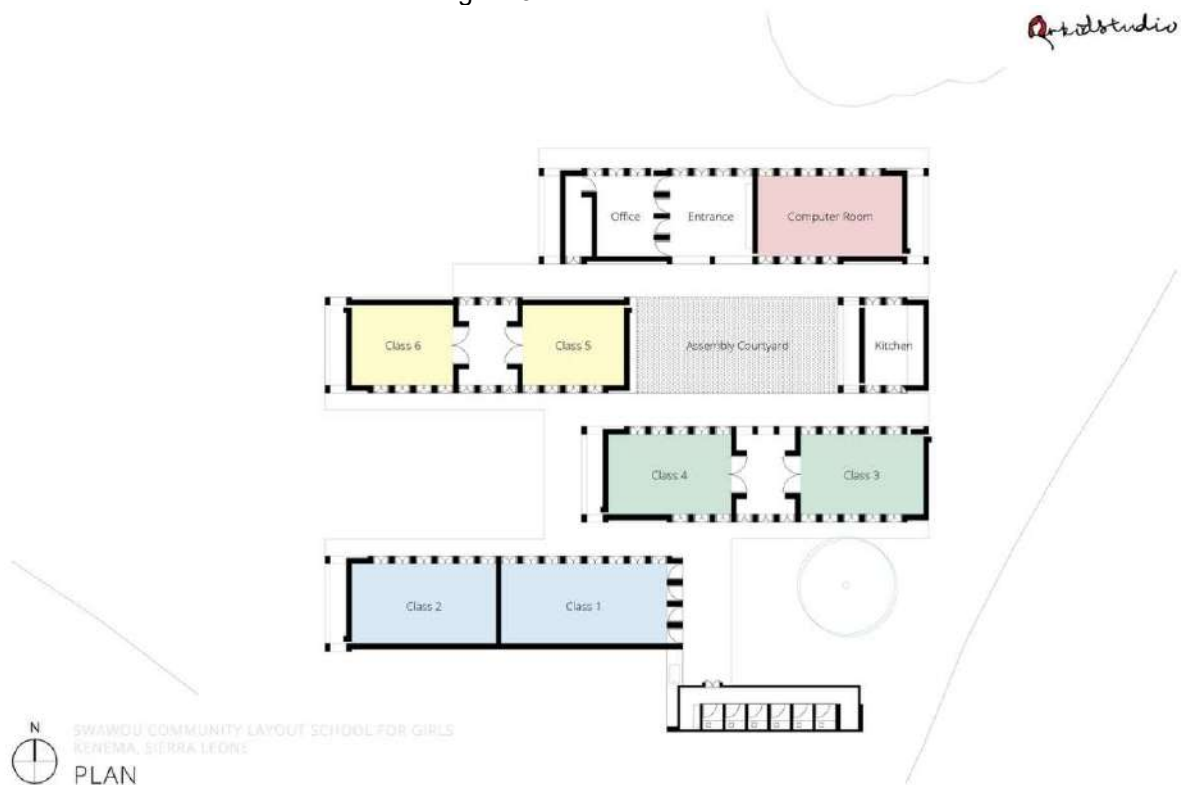
Fonte: A autora.

3.1. Estudos de Correlatos

3.1.1. Escola Primária Comunitária Para Meninas

Projetada pelo grupo de arquitetura denominado Orkidstudio, a Escola Primária da Comunidade Swawou Layout para Meninas está localizada em uma área chamada Swawou Layout na cidade de Kenema, leste de Serra Leoa, e possui uma área total de 1000 m² distribuída em 5 blocos onde estão locadas as salas de aula, os banheiros, a cozinha, uma sala para a administração, sala de computadores e um pátio coberto.

Figura 34 - Planta Baixa da Escola.



Fonte: archdaily.com, 2021.

Figura 35 - Escola Comunitária Primária para Meninas.



Fonte: archdaily.com, 2021.

A escola foi criada inicialmente no ano de 2009 e inaugurada no ano de 2014, porém devido ao surgimento e crescimento do número de casos de ebola em todo o

país, apenas no ano de 2016 é que a edificação foi finalizada e aberta para receber os alunos. Esta tem o intuito de oferecer a educação gratuita para as meninas residentes da comunidade local, provenientes de famílias menos favorecidas financeiramente.

Figura 36 - Cortes Longitudinais da Edificação.

Q-studio



Fonte: archdaily.com, 2021.

A edificação tem como principais elementos construtivos, os blocos de terra crua e uma estrutura de cobertura metálica, que conferem não somente beleza ao edifício, mas também conforto ambiental, tanto através das paredes que possibilitam um atraso térmico, deixando o ambiente mais fresco e através das grandes aberturas que possibilitam a entrada de luz natural, quanto através da cobertura que pela sua forma permite a saída do ar quente.

Figura 37 - Escola Comunitária Primária para Meninas



Fonte: archdaily.com, 2021.

Vale lembrar que durante a sua construção, a escola empregou mais de 70 membros da Comunidade Swawou Layout, não só incentivando desta maneira a valorização da arquitetura local como também gerando renda para a comunidade.

Figura 38 - A Escola no período de sua construção.



Fonte: archdaily.com, 2021.

3.1.2. Centro Infantil em Villeta

Projetado pelo grupo de arquitetos Viviana Pozzoli, Horacio Cherniavsky, María Paz Sánchez, denominado *Equipo de Arquitectura*, o Centro Infantil está localizado na cidade de Villeta no Paraguai. Este possui uma área total de 450 m² distribuídos em quatro blocos que se organizam em torno de um jardim, são eles: duas grandes salas de aula que podem ser divididas em 2 cada, uma área de alimentação e a área administrativa.

Figura 39 - Planta Baixa da Edificação.



Fonte: archdaily.com, s.d.

A configuração dos espaços, onde cada bloco está aberto para ambos os lados para um pátio favorece a iluminação natural e a ventilação cruzada, que proporcionam conforto ao ambiente e permitem uma comunicação entre os espaços interno e externo.

Figura 40 - Jardim central do Centro Infantil.



Fonte: archdaily.com, 2021.

O projeto tem como matéria prima a terra, sendo método construtivo em taipa de pilão um dos destaques da edificação, que em conjunto com os outros materiais e ao paisagismo conferem à edificação identidade e beleza.

A terra, como matéria-prima, agrupa-se na forma de paredes que, por sua vez, constituem os planos que criam os espaços habitacionais. Este material contém informações primitivas, elementares, ligadas à nossa memória e aos nossos sentidos, e que, juntamente com a luz, nos permite experimentar texturas, cores, cheiros e uma série de emoções que enriquecem a percepção e a aprendizagem na primeira infância (ARCHDAILY, 2021).

Figura 41 - 23 Visão de parte do Pátio Central e de uma sala de aula.



Fonte: archdaily.com, 2021.

3.1.3. Moradias Infantis Canuanã – Fundação Bradesco

Do ponto de vista arquitetônico, este projeto foi escolhido pela utilização de técnicas construtivas de menor impacto ambiental, como o Bloco de Terra Comprimida, a valorização da identidade regional expressa desde o design do mobiliário até as grandes estruturas. Além disso, o projeto encontra-se dentro do Estado do Tocantins e assim como a comunidade Barra da Aroeira, estão dentro da mesma Zona Bioclimática.

Localizada no Município de Formoso do Araguaia no estado do Tocantins, as moradias infantis Canuanã, são um projeto dos grupos Rosenbaum e Aleph Zero. O projeto possui uma área de 23.344,17 m² que se divide em dois grandes conjuntos de dormitórios posicionados nos extremos da fazenda criando um eixo. Conforme dados do escritório Rosenbaum, atualmente vivem nas moradias um total de 540 crianças e adolescentes, filhos de assentados, caboclos e indígenas que moram na zona rural do centro-norte brasileiro.

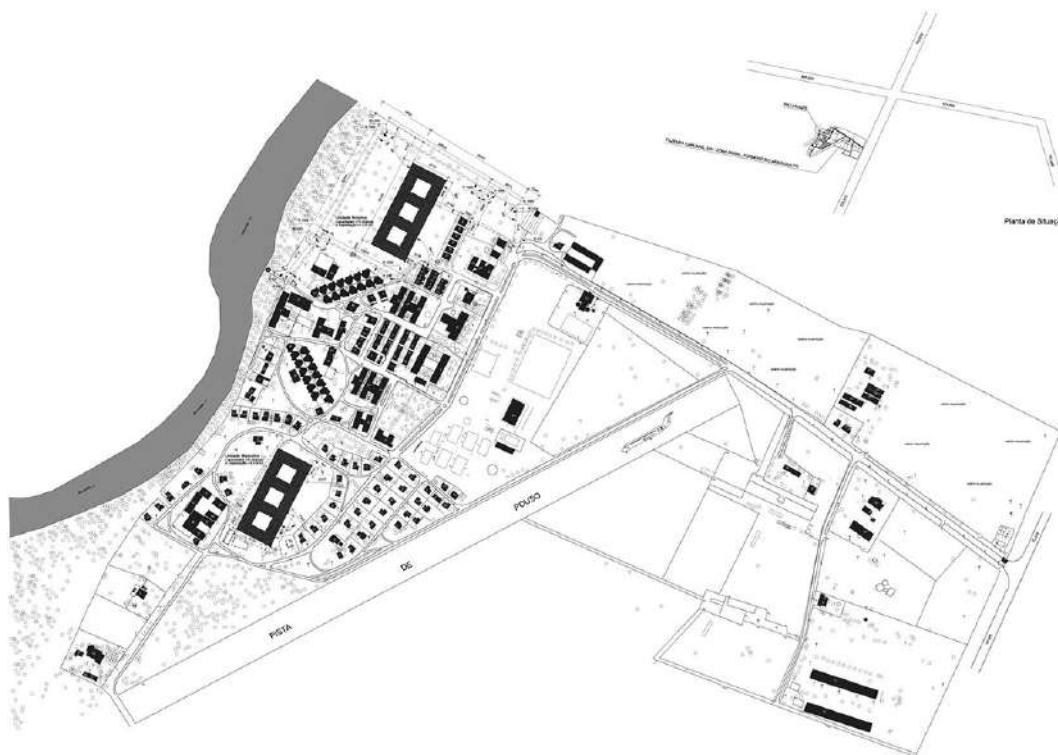
Figura 42 - Perspectiva de um dos pátios internos das edificações.



Fonte: rosenbaum.com.br, 2021.

O projeto teve a participação ativa do usuário na fase de concepção. Tanto as crianças quanto seus pais foram ouvidos durante a fase de elaboração do projeto, para que este pudesse não somente respeitar, mas incentivar a cultura e a identidade local.

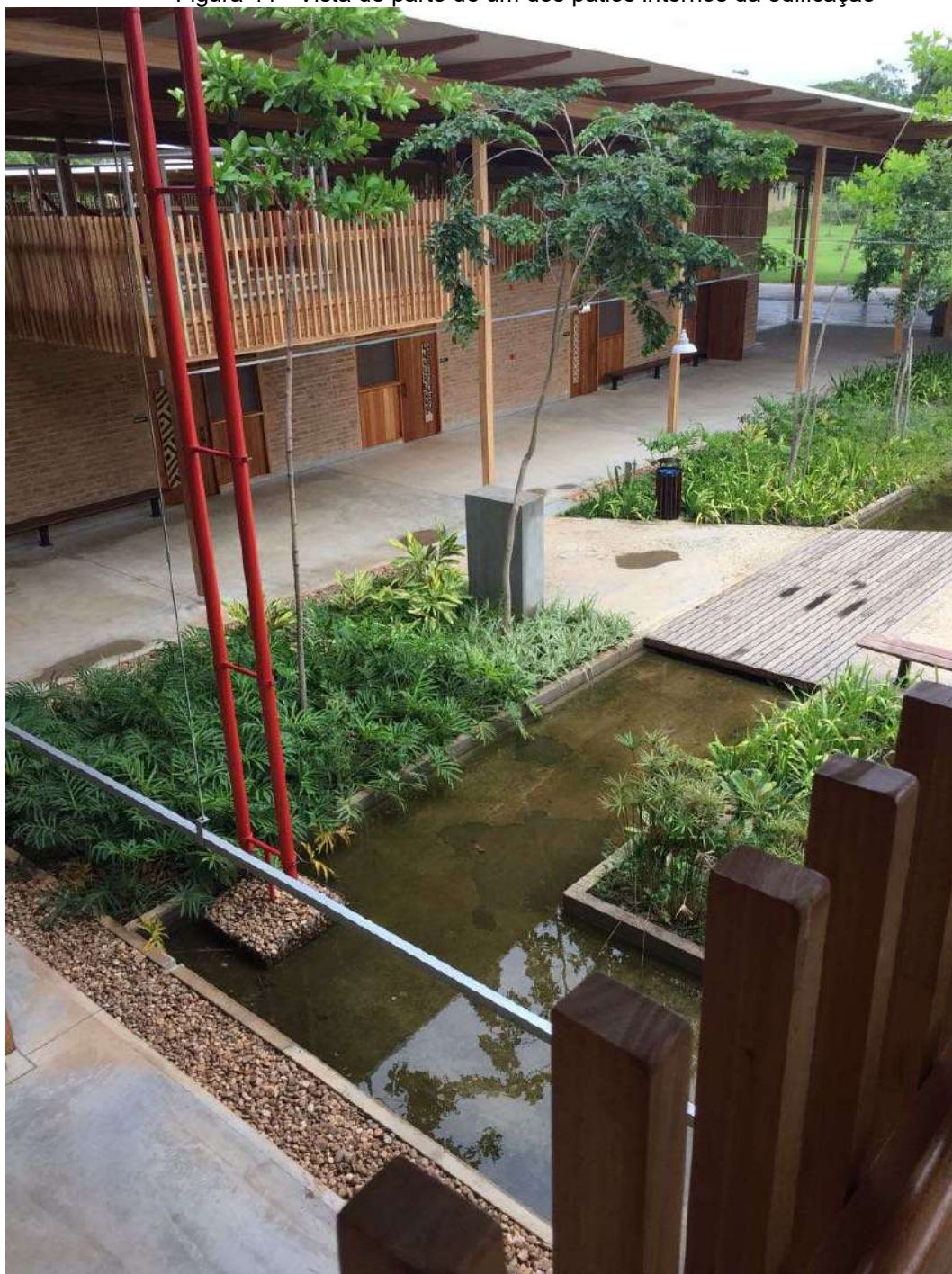
Figura 43 - Implantação do Projeto.



Fonte: Rosenbaum.com.br, s.d.

Cada um dos conjuntos de dormitórios, compostos de dois pavimentos, possui três pátios internos que são as áreas de descanso, no piso superior estão as áreas de estudo e de recreação.

Figura 44 - Vista de parte de um dos pátios internos da edificação



Fonte: A autora, 2017.

Os métodos construtivos que mais se destacam nesta edificação, são a terra crua, nas paredes foram construídas com tijolos de solo-cimento fabricados no local e a madeira laminada colada (MLC) que em seu processo de produção e tratamento possui baixo impacto ambiental. Segundo o escritório Rosenbaum, a escola-fazenda Canuanã é considerada a maior construção em madeira da América Latina, com aproximadamente 1.100 m³ de madeira reflorestada.

Figura 45 - Vista do pavimento superior de um dos dormitórios.



Fonte: A autora, 2017.

Figura 46 - Perspectiva de um dos dormitórios do conjunto de edifícios.

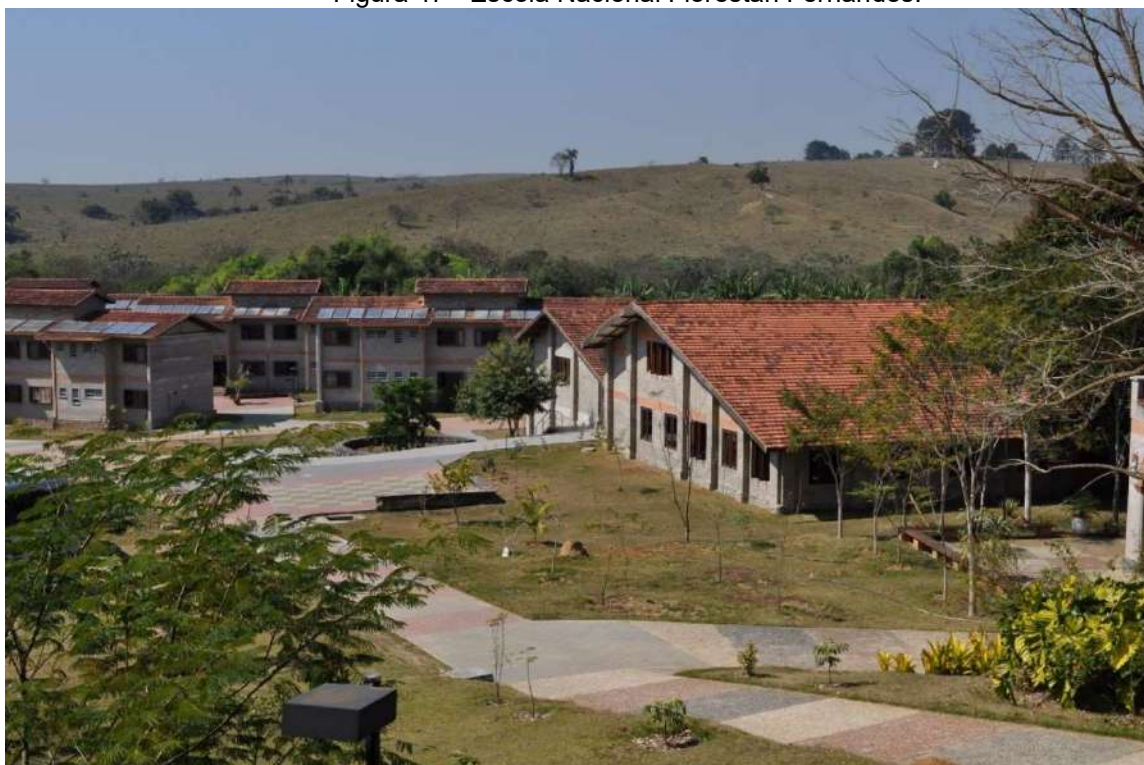


Fonte: Rosenbaum.com.br, 2021.

3.1.4. Escola Nacional Florestan Fernandes

Localizada em Guararema, interior de São Paulo - SP, a Escola Nacional Florestan Fernandes, é uma escola de formação técnica e política dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e também de outros movimentos sociais (Yoshioka et. al., 2011). O projeto arquitetônico foi feito pela arquiteta Lilian Avivia Lubochinski e está locado em um terreno de 120 mil m².

Figura 47 - Escola Nacional Florestan Fernandes.



Fonte: mst.org.br, 2020.

A escola, que oferece cursos tais como agroecologia, técnicas agrícolas, ciências políticas e permacultura, foi inaugurada no ano de 2005. Seu processo de construção foi baseado no trabalho rotativo e voluntário, tendo a contribuição de mais de 1 mil Sem Terra.

Figura 48 - A escola no período de sua construção



Fonte: Facebook ENFF, s.d.

A escola é composta por uma estrutura de vivência central onde está localizado o refeitório e os espaços para exposições e celebrações, um conjunto didático – formado pelas salas e aulas e auditórios - e um conjunto de moradia estudantil, construídos utilizando a taipa de pilão e o BTC também conhecido como tijolo de solo-cimento. Há também uma horta que produz para o consumo local, um campo de futebol e uma quadra multiuso coberta (LIMA, 2012).

Figura 49 - Vista aérea da locação da escola



Fonte: Facebook ENFF, 2014.

Figura 50 - Refeitório coletivo da Escola Nacional Florestan Fernandes.



Fonte: Facebook ENFF

Durante o período de construção da escola, acontecia também a alfabetização dos brigadistas, além da capacitação destes para trabalhar com as técnicas

alternativas de construção. Fato esse que mostra que a escola muito antes de sua inauguração já se constituía como espaço de formação da classe trabalhadora.

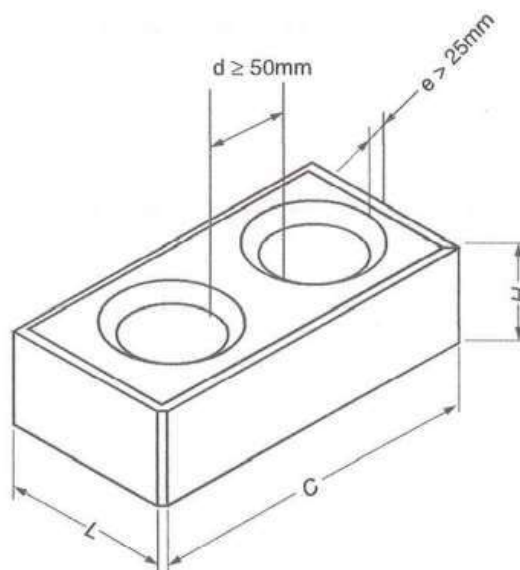
3.2. Elementos Construtivos

A seguir serão apresentados os principais sistemas construtivos utilizados nesse projeto.

3.2.1. Bloco de Terra Comprimida

O bloco de terra comprimida (BTC) é uma técnica que foi incentivada no Brasil em meados dos anos 1970 e que tem sido alvo de diversos estudos desde então. Diferente do Adobe, existem normatizações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) que foram elaboradas nos anos 1980 com o apoio da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), dentre outras instituições e que foram revisadas no ano de 2012.

Figura 51 - Tijolo vazado de solo-cimento



Fonte: ABNT NBR8491, 2012.

O tijolo de solo-cimento ou bloco de terra comprimida, é uma alternativa para as construções que buscam um menor impacto ambiental, quando estas possuem regras mais inflexíveis em relação a utilização de materiais e métodos construtivos.

3.2.2. Tijolo de Adobe

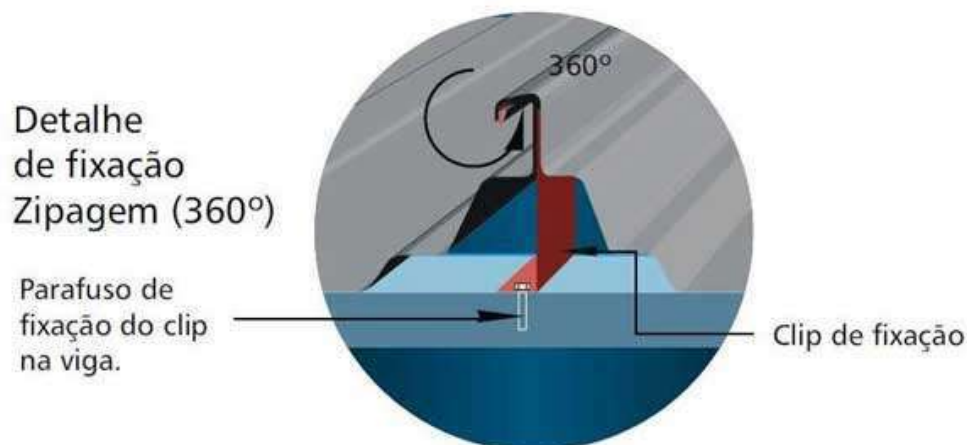
Como citado anteriormente, o tijolo de adobe possui inúmeras vantagens para a construção de edificações. Segundo Bueno *apud* Carvalho e Lopes (2012), a condutibilidade térmica de uma parede construída com terra crua é correspondente à metade da condutibilidade de uma parede construída em barro cozido, que conseqüentemente mantém o ambiente interno das construções em terra com temperatura constante. Isso deve ao fato de as paredes comporem um bom isolante térmico que aprisiona ar nas cavidades do material, dificultando a passagem do calor (Carvalho e Lopes, 2012).

Segundo Silva *apud* Carvalho e Lopes (2012) para que uma parede de tijolo de barro cozido obtenha o mesmo índice de isolamento térmico de uma parede de barro com espessura de 9,5cm, a parede de tijolo cozido deve ter uma espessura de 19,8cm. Para além disso, o mesmo autor cita como as paredes de terra, por sua porosidade, tem um bom desempenho acústico, visto que estas absorvem o som com mais facilidade e também atuam na renovação do ar pois a parede “respira”.

3.2.3. Telha Zipada

Um sistema de telhas produzidas em alumínio, aço, cobre ou zinco, apresenta esse nome no Brasil por suas peças que ao serem unidas por um fecho de correr assemelham-se à um zíper. São moldadas a partir de bobinas no próprio canteiro de obras por processo contínuo, sem emendas. Favorecendo o uso em casos de cobertura com baixa inclinação (SARUBI, 2012).

Figura 52 - Detalhe da fixação da telha zipada na viga.



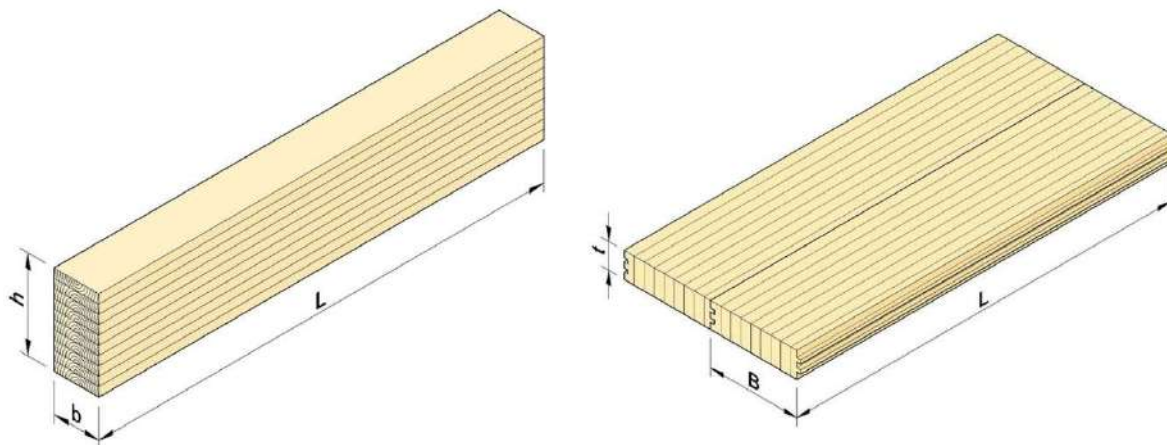
Fonte: SARUBI, 2012.

A moldagem dos perfis no canteiro de obra causa impacto diretamente no custo do transporte de grandes dimensões. Além de que seu sistema de fixação é feito por cliques parafusados na viga que favorecem a não utilização de emendas e consequentemente garante a estanqueidade da cobertura.

3.2.4. Madeira Laminada Colada

Um material estrutural composto por segmentos de madeira colados com adesivos industriais, a madeira laminada colada (MLC) é uma alternativa construtiva de menor impacto ambiental. As peças coladas, além de possibilitarem diversas formas, possuem alta durabilidade e resistência à umidade e podem suportar grandes vãos (Migliani, 2019).

Figura 53 - Esquema do processo de fabricação da Madeira Laminada Colada.



Fonte: Archdaily, 2020.

É composta de tábuas de dimensões relativamente reduzidas se comparadas às dimensões da peça final, coladas umas às outras e dispostas com as fibras paralelas ao eixo longitudinal da peça final. Sua qualidade final dependerá das várias etapas do processo de fabricação, sendo dever do fabricante atender o controle de qualidade de cada componente no processo de fabricação. (BRASIL, ABNT, 2011)

O quadro a seguir foi elaborado com o objetivo de facilitar o entendimento da influência dos projetos apresentados anteriormente com a concepção deste trabalho.

Quadro 1 - Comparação entre os projetos correlatos.

Projeto	Escola Primária Comunitária Para Meninas	Centro Infantil em Villeta	Moradias Infantis Canuanã	Escola Nacional Florestan Fernandes
Usuário	Meninas residentes da comunidade de Swawou Layout - Kenema, Serra Leoa.	Crianças da primeira infância da cidade de Villeta no Paraguai.	Crianças e adolescentes, filhos de assentados, caboclos e indígenas que moram na zona rural do centro-norte brasileiro.	Pessoas faixas etárias diversas e de diferentes lugares do mundo.
Conceito	Criação de um espaço confortável, acolhedor e adequado para oferecer educação às meninas da comunidade de Swawou Layout, contextualizada com a arquitetura local e com o clima.	Uso das texturas e cores da terra e da vegetação para despertar os sentidos das crianças, integração entre os espaços internos e externos.	Aconchego e identidade. Criação de um espaço confortável que favoreça a boa convivência entre as crianças.	Conceito de trabalho voluntário conjunto, visando a formação pedagógica e política dos usuários.
Forma	Planta simples e fluida, criação de um espaço comum que integra os ambientes e favorece a coletividade, cobertura descolada do volume, confere maior conforto ambiental.	Planta simples e fluida, criando um espaço comum que integra os ambientes e também favorece o conforto ambiental.	Planta fluida, criação de espaço integradores dos ambientes, cobertura descolada do volume que somada às outras soluções confere maior conforto ambiental.	Criação de um espaço comum que integra os ambientes, forma que favorece o conforto ambiental e o fluxo livre dos usuários, espaços favorecem o trabalho conjunto.
Tecnologia	Utilização da terra crua (tijolo de adobe), matéria prima de baixo impacto ambiental.	Utilização da terra crua (taipa de pilão), matéria prima de baixo impacto ambiental.	Utilização da terra crua (tijolo de solo-cimento) e de madeira laminada colada, matérias-primas de baixo impacto ambiental.	Utilização do tijolo de solo-cimento na construção visando um baixo impacto ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

3.3. O Projeto Arquitetônico

Após as considerações feitas neste trabalho e todo o estudo em torno da educação escolar quilombola, educação do campo e técnicas construtivas de baixo impacto ambiental, foi elaborado, à nível de anteprojeto, a proposta apresentada a partir deste tópico.

3.3.1. Programa de Necessidades

Seguindo as recomendações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2017), foi elaborado o programa de necessidades a seguir.

Quadro 2- Programa de Necessidades

AMBIENTE	FUNÇÃO	QUANT.	Nº DE USUÁRIOS	MOBILIÁRIO MÍNIMO	ÁREA			ASPECTOS DESEJADOS
					RECOMENDADA/ AMBIENTE	ÁREA/AMBIENTE (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	
FUNDAMENTAL 1	Sala de Atividades	5	19 alunos e 1 professor	Mesa e cadeira para atividades (conjunto aluno), mesa e cadeira para professor, Quadro branco, quadro mural, armário e cesto de papéis	26	42,51	212,55	Ambiente com boa iluminação natural e ventilação
	Sanitário Feminino	1	50 crianças não simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	18,98	18,98	-
	Sanitário PCD Feminino	1	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,17	4,17	-
	Sanitário Masculino	1	50 crianças não simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	18,98	18,98	-
	Sanitário PCD Masculino	1	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,17	4,17	-
FUNDAMENTAL 2	Sanitário Feminino	2	40 crianças Não simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	15,51	31,02	-
	Sanitário PCD Feminino	2	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,56	9,12	-
	Sanitário Masculino	2	40 crianças Não simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	21,59	43,18	-
	Sanitário PCD Masculino	2	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	5,21	10,42	-
	Sala de Atividades	4	19 alunos e 1 professor	Mesa e cadeira para atividades (conjunto aluno), mesa e cadeira para professor, Quadro branco, quadro mural, armário e cesto de papéis	26	39,01	156,04	-
	Sala de Informática	1	19 alunos e 1 professor	Mesas, cadeiras, quadro branco, impressoras, computadores e cestos para lixo	40	64,14	63,73	-

FUNDAMENTAL 1 E 2	Sala de Leitura	Abriga as atividades de leitura, pesquisa e atividades relacionadas.	1	50 alunos	mesas e cadeiras para atividades, armário ou escaninhos, tatames		126,27	126,27	-
	Sala de Técnicas Agrícolas	Espaço destinado ao desenvolvimento de atividades diversas, como o aprendizado da prática do cultivo de plantas e hortaliças.	1	19 alunos e 1 professor	Bancada para trabalho em madeira, bancada com cuba para agricultura, quadro branco, armários baixos, depósito para refugo, depósito para matéria prima de cultivo, benqueta e mesa para alunos e professores, tanque para agricultura, extintor de incêndio.	87	90,74	90,74	-
	Sala de Múltiplo Uso 1	Este espaço se configura como uma alternativa para a realização de atividades diferenciadas, previstas no plano pedagógico da Unidade, e proporciona a oportunidade de encontros e convivência entre as crianças.	1	19 alunos e 1 professor	Quadro mural, quadro branco, bancada com armário, tanque, pia.	34	53,11	53,11	Utilização de elementos que impeçam a entrada de Luz, caso necessário. Maior atenção ao definir iluminação e acústica
	Sala de Múltiplo Uso 2	Este espaço se configura como uma alternativa para a realização de atividades diferenciadas, previstas no plano pedagógico da Unidade, e proporciona a oportunidade de encontros e convivência entre as crianças.	2	19 alunos e 1 professor	Quadro mural, quadro branco, bancada com armário, tanque, pia.	34	42,25	84,5	Utilização de elementos que impeçam a entrada de Luz, caso necessário. Maior atenção ao definir iluminação e acústica
	Sala de Vídeo	Este espaço se configura como uma alternativa para a realização de atividades diferenciadas, previstas no plano pedagógico da Unidade, e proporciona a oportunidade de encontros e convivência entre as crianças.	1	38 alunos e 2 professores	Cadeira para alunos, cadeira e mesa para professor, quadro branco, material de mídia	48	65,89	65,89	Utilização de elementos que impeçam a entrada de Luz, caso necessário. Maior atenção ao definir iluminação e acústica
PRÉ ESCOLAR	Sanitário PCD Feminino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	1	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,17	4,17	-
	Sanitário Masculino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	1	40 crianças - Não Simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	15,37	15,37	-
	Sanitário PCD Masculino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	1	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,17	4,17	-
	Fraldário	Espaço destinado à higiene das crianças do grupo A	1	20 crianças Não simultâneas	bancada para a troca de fraldas com colchonete, banheira sobre bancada, tanque pequeno, vaso sanitário infantil, lavatório, prateleiras e/ou nichos para material, ganchos para toalhas	12	31,98	31,98	-
	Sala de Repouso	Espaços destinados a repouso de crianças, contendo colchonetes para o sono com conforto e segurança	2	20 crianças	armário, colchonetes ou camas empilháveis,	40	46,87	93,74	prever a possibilidade de reduzir a luminosidade quando necessário
	Berçário	Espaço destinado ao descanso dos bebês e à prática de atividades de estímulo à faixa etária específica	2	20 crianças	escaninhos individuais, armário, tatames, berços, cadeiras altas para alimentação, barra de apoio, espelho, quadro de atividade e mural de avisos	50	54,61	109,22	se possível, este espaço se localize em área mais reservada da Unidade, longe das circulações mais movimentadas
VIVÊNCIA	PÁTIO DESCOBERTO	Espaço descoberto destinado à recreação e à realização de atividades coletivas	1	200 crianças	bancos e brinquedos	130,5	-	-	Este espaço deve, quando possível, prever área para jardim, pomar e horta, estimulando o envolvimento da comunidade escolar
	PÁTIO COBERTO	Espaço coberto destinado à recreação das crianças e à realização de atividades coletivas em espaço coberto e protegido do sol e chuva	1	200 crianças	bancos, bebedouros e espaço para exposição de trabalhos	130,5	323,6	323,6	-
	REFEITÓRIO 1	Espaço para alimentação, onde são servidas as refeições coletivas	1	60 crianças	Conjunto de bancos para refeição coletiva, Conjunto de mesas para refeição coletiva, bebedouro, lavatório	72	80,49	80,49	Recomenda-se que a localização do refeitório seja adjacente à cozinha, facilitando a distribuição dos alimentos
	REFEITÓRIO 2	Espaço para alimentação, onde são servidas as refeições coletivas	1	200 crianças	Conjunto de bancos para refeição coletiva, Conjunto de mesas para refeição coletiva, bebedouro, lavatório	201	212	212	Recomenda-se que a localização do refeitório seja adjacente à cozinha, facilitando a distribuição dos alimentos

	Secretaria	Espaço destinado às atividades administrativas da Unidade, arquivo de documentos, atendimento aos pais, responsáveis e ao público externo à creche em geral.	1	3 funcionários + 2 pessoas público externo	bancada de atendimento, mesas e cadeiras, arquivos, computadores, impressoras e multifuncionais, telefone e quadro de avisos	47,5	64,41	64,41	-
	Orientação	Espaço destinado às atividades administrativas da Unidade, arquivo de documentos, atendimento aos pais, responsáveis e ao público externo à creche em geral.	1	1 funcionário + 2 pessoas público externo	bancada de atendimento, mesas e cadeiras, arquivos, computadores, impressoras e multifuncionais, telefone e quadro de avisos	Não se aplica	39,1	39,1	-
ADMINISTRATIVO	Diretoria	Espaço destinado ao diretor adjunto da Unidade Infantil para a coordenação geral das atividades pedagógicas	1	Até 6 pessoas	mesas e cadeiras, arquivos, armário, computador e telefone	10	55,56	55,56	-
	Almoxarifado	Espaço específico para a guarda de materiais escolares, administrativos, pedagógicos e outros, com prateleiras e armários.	1	1 Funcionário	Prateleiras e/ou armários para material	15	30,06	30,06	-
	Sala dos Professores	Espaço destinado à reunião de professores, coordenadores, orientadores e outros responsáveis pelos processos pedagógicos da Unidade.	1		mesas e cadeiras, mesa para reunião, armários, arquivos, escaninhos individuais, bancada para pequenos lanches, computadores, impressoras e multifuncionais, telefone e quadro de avisos.	84	85,86	85,86	-
	Recepção	Espaço destinado à recepção, à espera e atendimento aos pais, responsáveis, comunidade e ao público externo à creche em geral.	1	10 pessoas	espaço de espera com cadeiras ou bancos e mural de informes	40,5	54,07	54,07	-
	Vestário 1	São os espaços destinados a higiene e troca de roupa dos funcionários	1	5 funcionários	banco, armário, vaso sanitário, lavatórios, chuveiros e ganchos.	Não se aplica	19,78	19,78	-
	Vestário 2	São os espaços destinados a higiene e troca de roupa dos funcionários	1	5 funcionários	banco, armário, vaso sanitário, lavatórios, chuveiros e ganchos.	Não se aplica	15,94	15,94	-
	DML	Local destinado à lavagem e ao armazenamento de utensílios e de materiais de limpeza.	1	-	prateleiras e ganchos	3	12,7	12,7	-
	Sanitário Feminino	espaços destinados à higiene dos funcionários e eventuais visitantes	1	59 pessoas Não simultâneas	Vaso sanitário, lavatório	Não se aplica	15,23	15,23	-
	Sanitário PCD Feminino	espaços destinados à higiene dos funcionários e eventuais visitantes	1	1 pessoa	Sanitário para adultos com vaso sanitário e lavatório para pessoas com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	Não se aplica	3,75	3,75	-
	Sanitário Masculino	espaços destinados à higiene dos funcionários e eventuais visitantes	1	59 pessoas Não simultâneas	Vaso sanitário, lavatório	Não se aplica	15,28	15,28	-
	Sanitário PCD Masculino	espaços destinados à higiene dos funcionários e eventuais visitantes	1	1 pessoa	Sanitário para adultos com vaso sanitário e lavatório para pessoas com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.	Não se aplica	3,75	3,75	-
	Lavanderia	Local onde as roupas, lençóis, toalhas e outros são lavados e passados.	1	1 funcionário	cestos, bancada para entrega de roupas sujas e triagem, bancada para entrega de roupas limpas, bancada para passar roupas, prateleiras e/ou armários, tanque, máquina de lavar e secadora de roupas.	10	11,48	11,48	-

SERVIÇO	Área Higienização + Cozinha	Espaço de recebimento dos alimentos, pré-higienização, pesagem e separação dos gêneros por categoria e espaço onde são preparados os alimentos	1	4 funcionários	fogão, coifa, purificador de ar, refrigerador, mixer de alimentos, multiprocessador, batedeira, liquidificador, bancada	45	65,9	65,9	-
	Dispensa		1				13,46	13,46	-
	Sanitário Feminino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	2	40 crianças Não simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	15,26	30,52	-
	Sanitário PCD Feminino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	2	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,17	8,34	-
	Sanitário Masculino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	2	40 crianças Não simultâneas	vaso sanitário, chuveiro e lavatório	Não se aplica	15,37	30,74	-
	Sanitário PCD Masculino	Espaços destinados à higiene das crianças, contendo equipamentos sanitários adequados à estatura e faixa etária dos usuários	2	1 criança	vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavatório para crianças com deficiência, em concordância com os parâmetros da ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	Não se aplica	4,17	8,34	-
	Depósito de Lixo	São os espaços destinados ao armazenamento do lixo produzido na creche.	1	-	coletores de lixo	Não se aplica	Não se aplica	-	Deve estar localizado no pátio de serviço próximo à rua.
	Depósito de Gás	São os espaços destinados ao armazenamento dos botijões de gás	1	-	Botijões de gás, extintor de incêndio	Não se aplica	Não se aplica	1,98	Deve estar localizado no pátio de serviço próximo à rua.

Fonte: BRASIL, 2017. Adaptado pela autora

3.3.2. A Escolha do Terreno

A escolha do terreno foi feita após uma visita à Comunidade Barra da Aroeira em outubro de 2021, após entrevistas e também um momento em que alguns moradores marcaram em um mapa com parte do território da comunidade a localização que achassem melhor para uma escola adequada na comunidade. A partir da análise destas respostas foi feita a escolha do terreno para implantar a edificação.

Figura 54 - Imagem 32 - Moradora Maria Edileuza em um dos momentos da pesquisa.



Fonte: Patrícia Orfila, 2021.

Figura 55 - Moradora Andreza Maria de Fátima durante entrevista,



Fonte: A autora.

Foi de grande importância visitar a comunidade nesse processo. Mesmo com as restrições que o período atual nos traz, foi gratificante ver como a população se dispôs a contribuir com o trabalho.

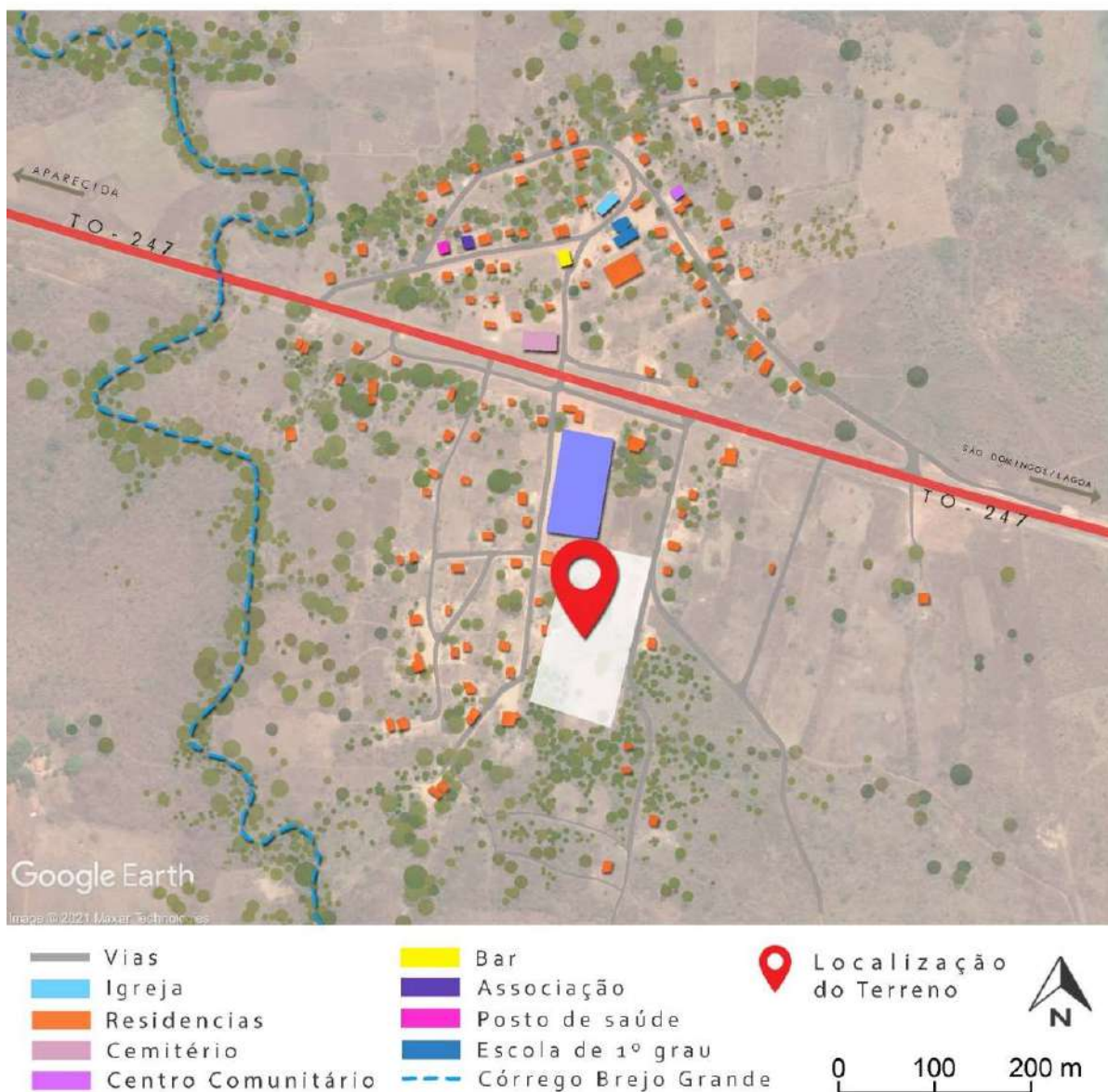
Figura 56 - Marcações feitas por alguns moradores da Comunidade



Fonte: A autora, 2021.

Figura 57 - Situação do Terreno na Comunidade.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Adaptado de: Google Maps, 2021.

Figura 58 - O terreno escolhido



Fonte: A autora, 2021

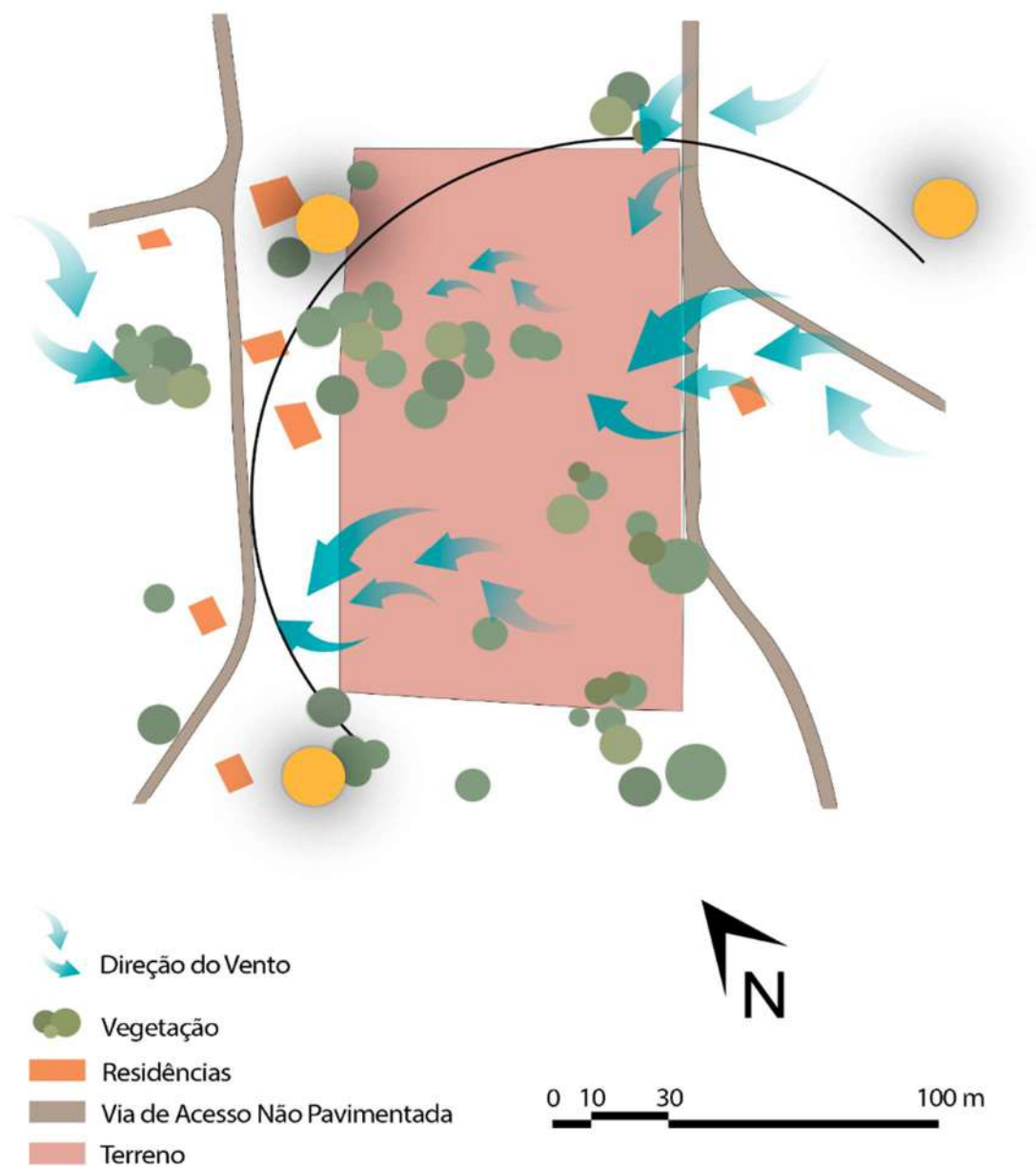
Figura 59 - O terreno escolhido



Fonte: A autora, 2021.

As informações sobre a predominância dos ventos no terreno foram coletadas através da análise feita no site earth.nullschool.net que através de satélite, mostra a direção dos ventos na terra. Diante dos dados obtidos, foi feita uma comparação entre os meses de janeiro e novembro de 2021, que resultou em uma predominância de ventos vindo da região sudeste.

Figura 60 - Análise do Terreno, 2021.
ANÁLISE DO TERRENO



Fonte: eart.nullschool.net. Mapa elaborado pela autora.

O zoneamento inicial feito para a escola segue uma lógica, que todos os ambientes se conectem através de uma grande área comum vegetada, mas que também tenham pequenos jardins mais próximos.

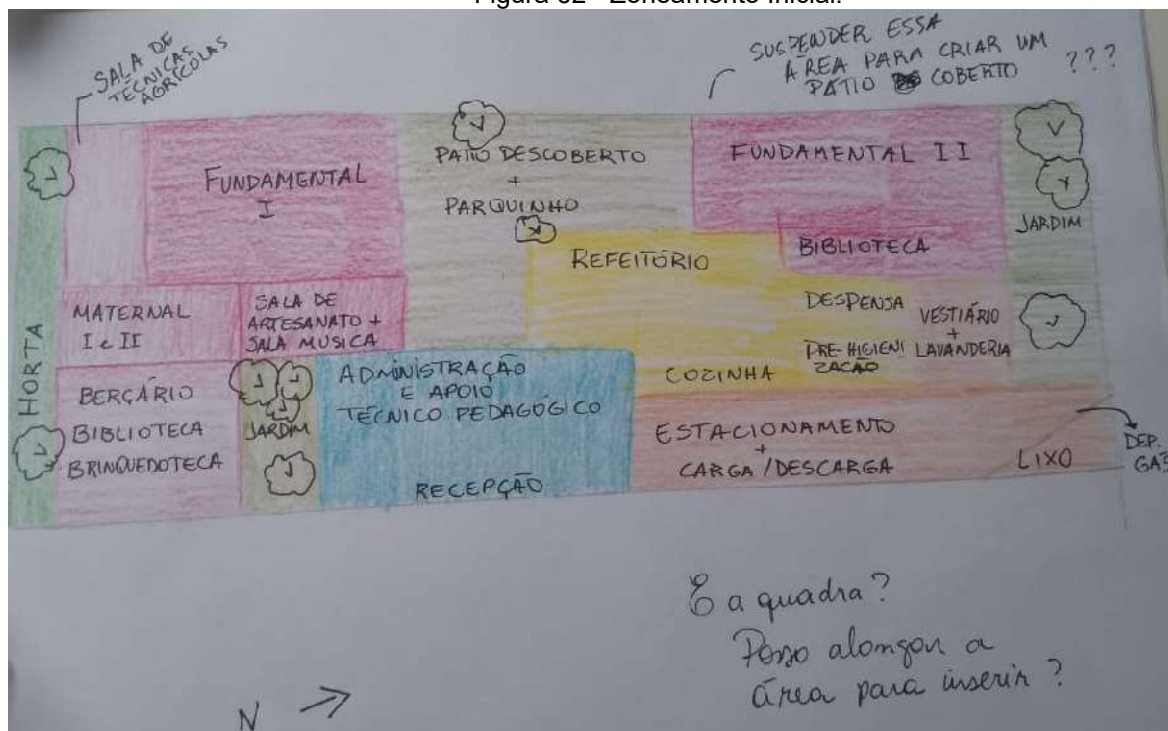
Figura 61 - Conceito do Projeto



Fonte: A autora

Diante disso, foi feito o zoneamento da escola, onde as salas das séries finais do ensino fundamental e a biblioteca foram locadas mais distantes das salas dos anos iniciais do ensino fundamental e do pré escolar. Vide imagem a seguir.

Figura 62 - Zoneamento Inicial.



Fonte: A autora.

Abaixo está a locação final dos blocos da escola no terreno, onde o bloco de atividades administrativas está localizado em uma extremidade do lote, juntamente

com o bloco das salas do fundamental 2 e a biblioteca, e na outra extremidade se localizam as salas do ensino fundamental 1, as salas de múltiplo uso, os laboratórios e as salas do pré escolar. A área vegetada ajuda na divisão do espaço, mas também funciona como o ponto de integração das diferentes faixas etárias nos horários de intervalo, visto que é na área central que estão localizados o refeitório e o pátio descoberto.

Figura 63 - Imagem do pátio descoberto e teatro de arena ao fundo.



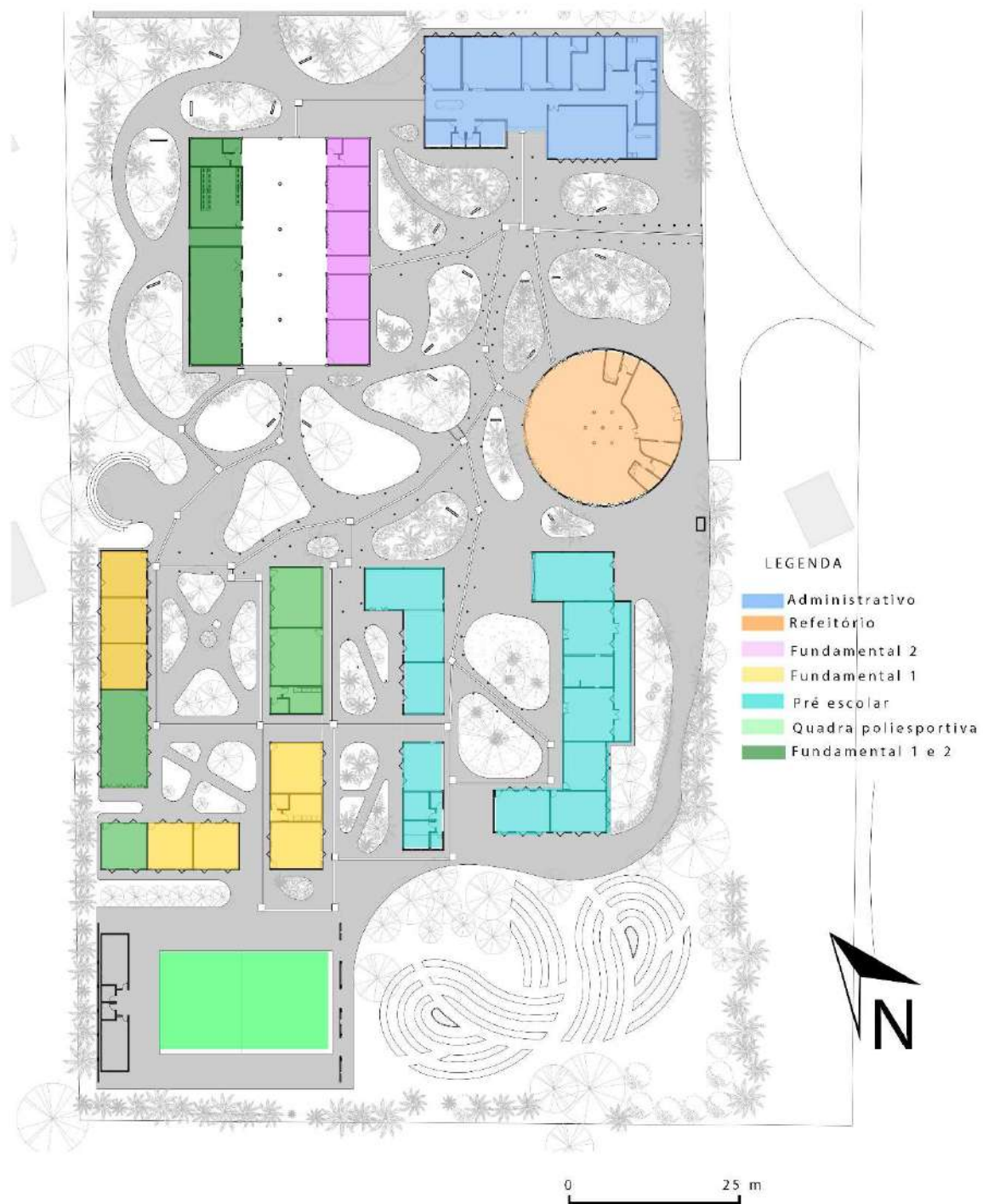
Fonte: A autora.

Figura 64 – Imagem de perspectiva do bloco Fundamental 1



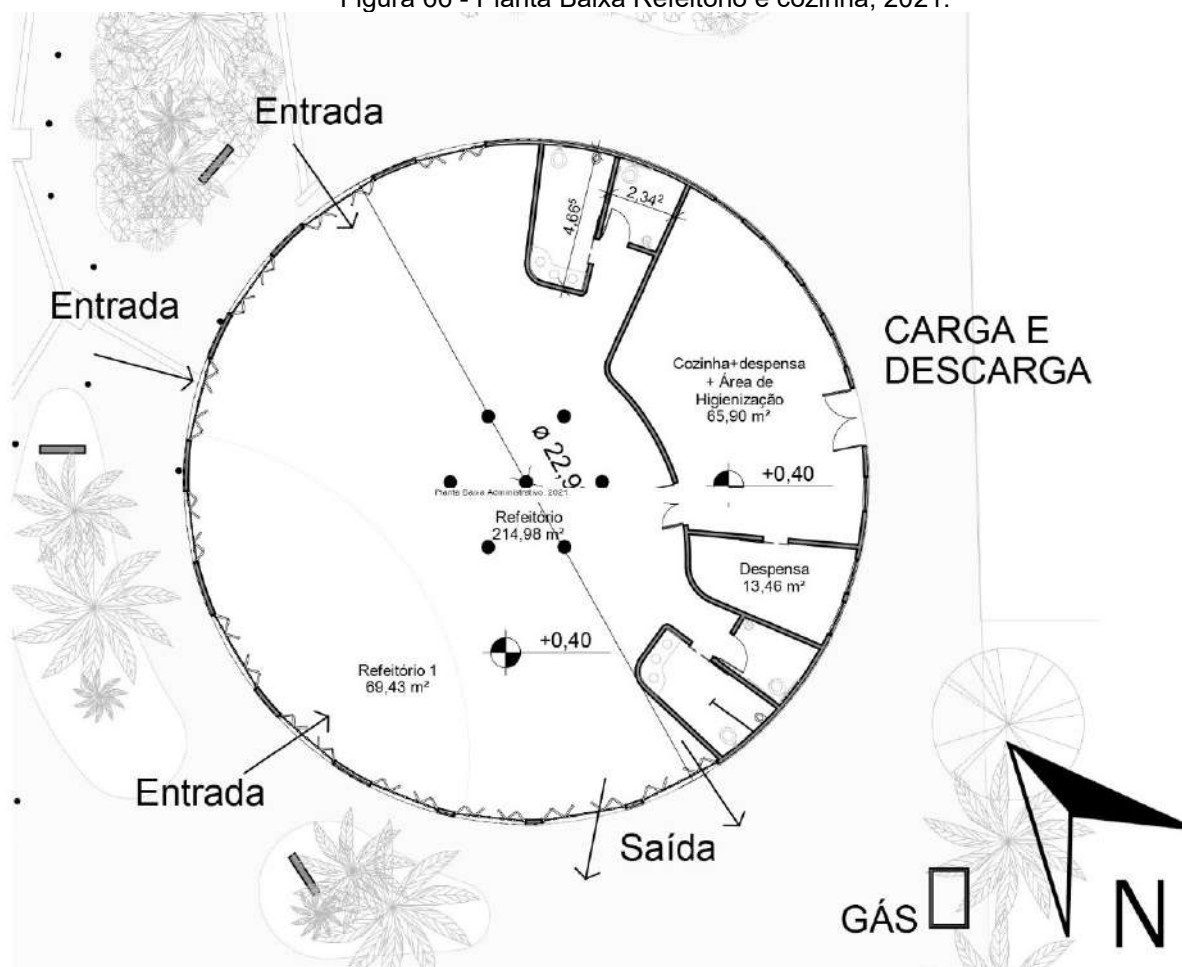
Fonte: A autora.

Figura 65 - Planta de Locação



Fonte: A autora.

Figura 66 - Planta Baixa Refeitório e cozinha, 2021.



Fonte: A autora.

A forma do refeitório teve como referência o barracão da sede da cooperativa, seu formato é símbolo da coletividade presente na comunidade. O refeitório da pré escola está dividido do refeitório do fundamental 1 e 2 apenas pela diferenciação do tamanho do mobiliário, sua cobertura possui aberturas que possibilitam a saída do ar quente, gerando maior conforto ambiental.

Figura 67 - Sede da cooperativa QUILOMBARRAS. 2019



Fonte: A autora, 2019.

Figura 68 – O refeitório

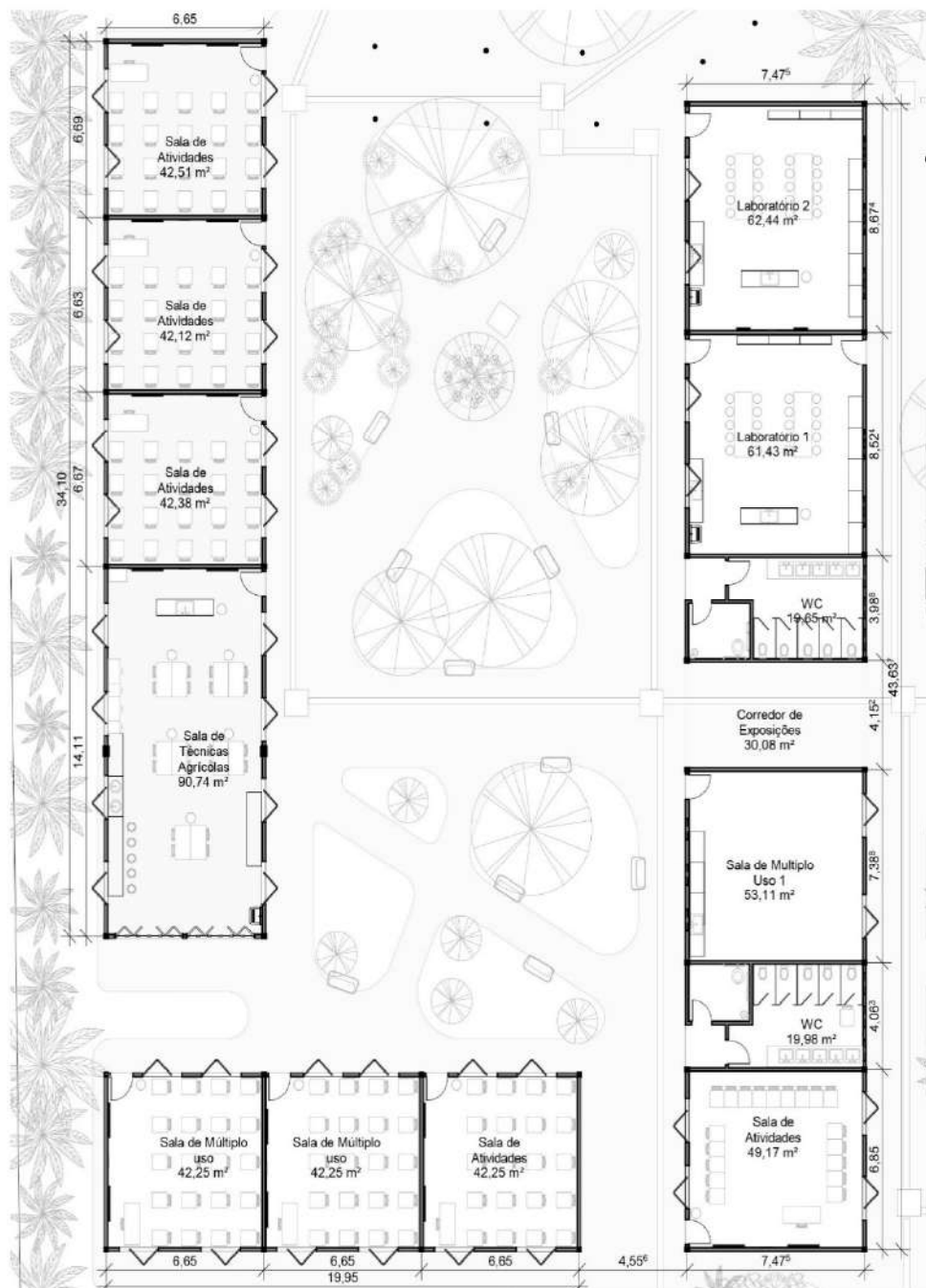


Fonte: A autora

No fundamental 1 e no Pré escolar, foram pensadas formas que permitissem uma maior relação entre o interior e o exterior. Foram criados jardins internos aos blocos para que as aberturas funcionem como telas, proporcionando o bem-estar das crianças. Desta maneira foram criados 3 jardins internos que são acessados pelos eixos de circulação criados pela disposição dos ambientes. As aberturas que

possibilitam o fluxo pelos diferentes blocos são também locais pensados para expor os trabalhos dos alunos da escola.

Figura 69 - Planta Baixa Fundamental 1



Fonte: A autora.

Para além das salas de atividades curriculares, também foram projetadas as salas de múltiplo uso e a sala de técnicas agrícolas, que está também próxima à horta da escola.

Figura 70 - Imagem do interior de uma sala do pré escolar



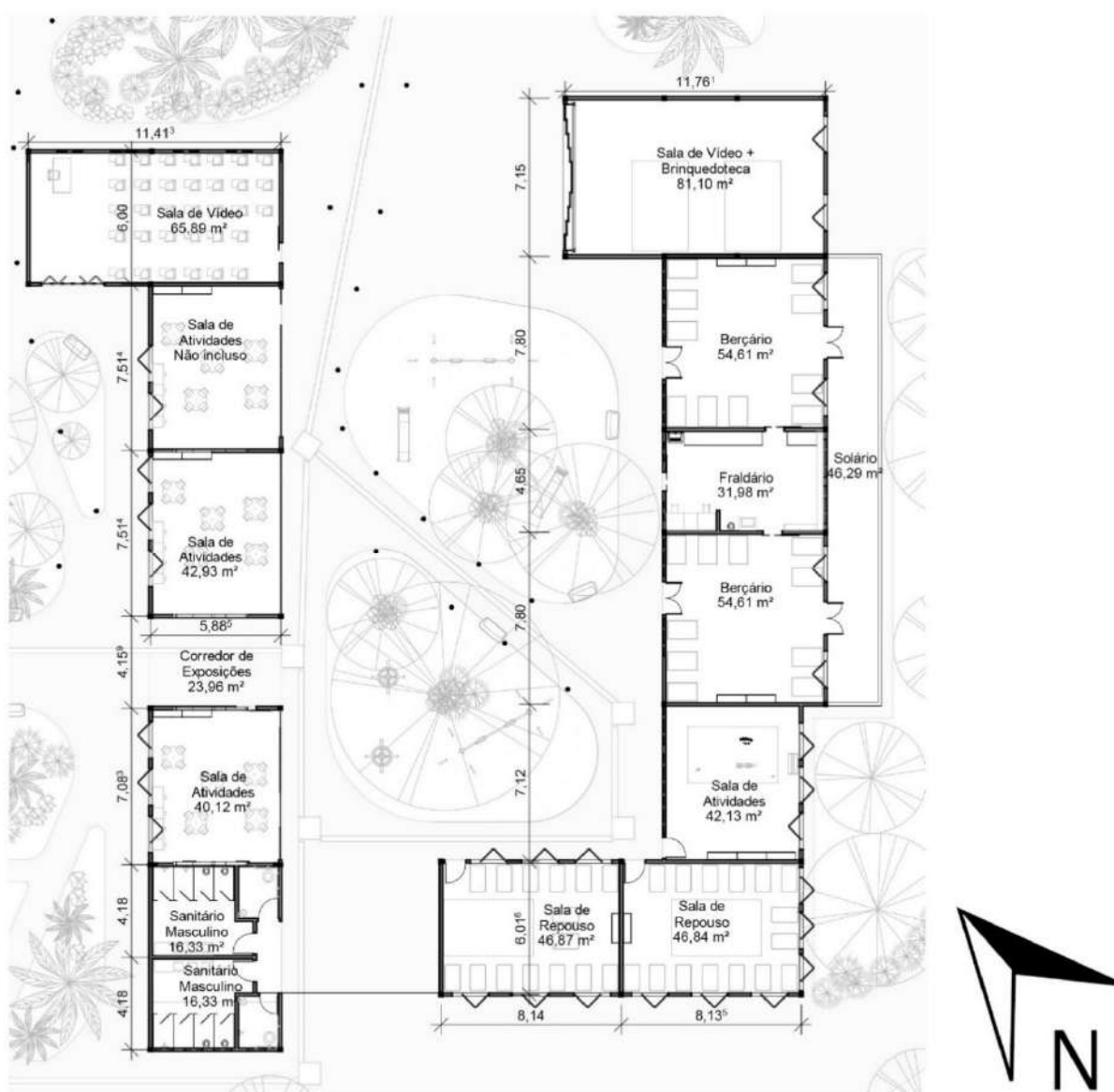
Fonte: A autora

Figura 71 - Imagem do corredor que conecta os blocos pré escolar e fundamental 1.



Fonte: A autora.

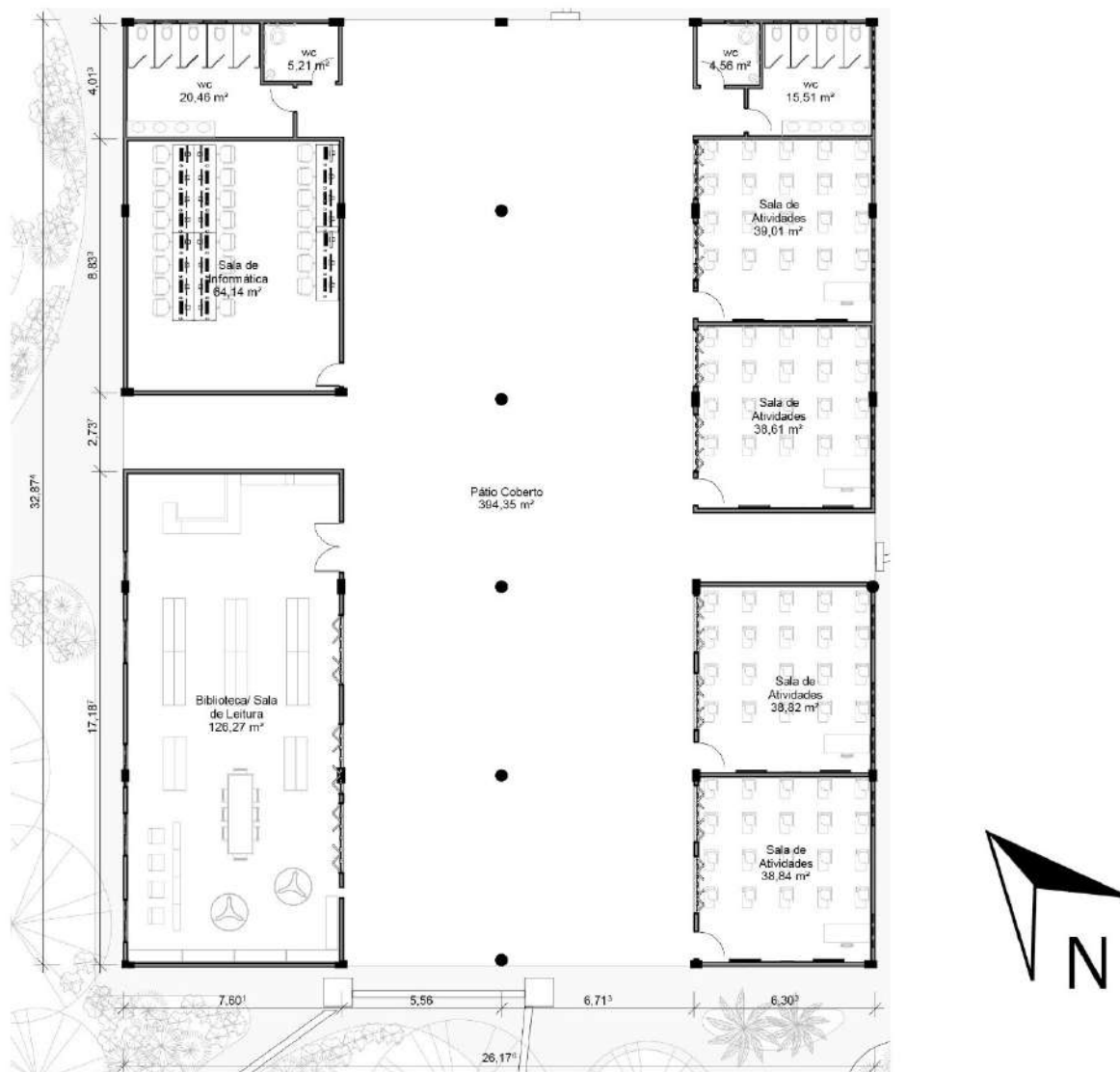
Figura 72 - Planta Baixa Pré Escolar, 2021.



Fonte: A autora.

O bloco pré escolar possui uma fachada em vidro voltada para o pátio interno. Esta fachada foi projetada após considerar a incidência solar, e sendo assim, com o auxílio da vegetação, somado aos beirais largos e o posicionamento do bloco, é possível fazer uso deste material sem prejudicar o conforto ambiental.

Figura 73 - Planta Baixa Fundamental 2, 2021



Fonte: A autora.

O bloco Fundamental 2 comporta não só as salas de atividades, mas também a sala de leitura e a sala de informática. Os dois volumes internos possibilitam a criação de um grande pátio coberto. A proposta é que em todos os blocos se usem o tijolo de solo-cimento (BTC) nas paredes externas e nas paredes internas se usem os tijolos de adobe, com exceção das áreas molhadas que necessitam de um material que garanta maior estanqueidade à água. A estrutura de cobertura foi projetada visando garantir maior ventilação possível, atendendo aos requisitos básicos para se construir na região, onde temos longos períodos onde o clima é quente e seco e longos períodos de clima quente e chuvoso.

Figura 74 - Imagem de Perspectiva do Bloco Fundamental 2.



Fonte: A autora.

Figura 75 - Planta Baixa Administrativo, 2021.



Fonte: A autora.

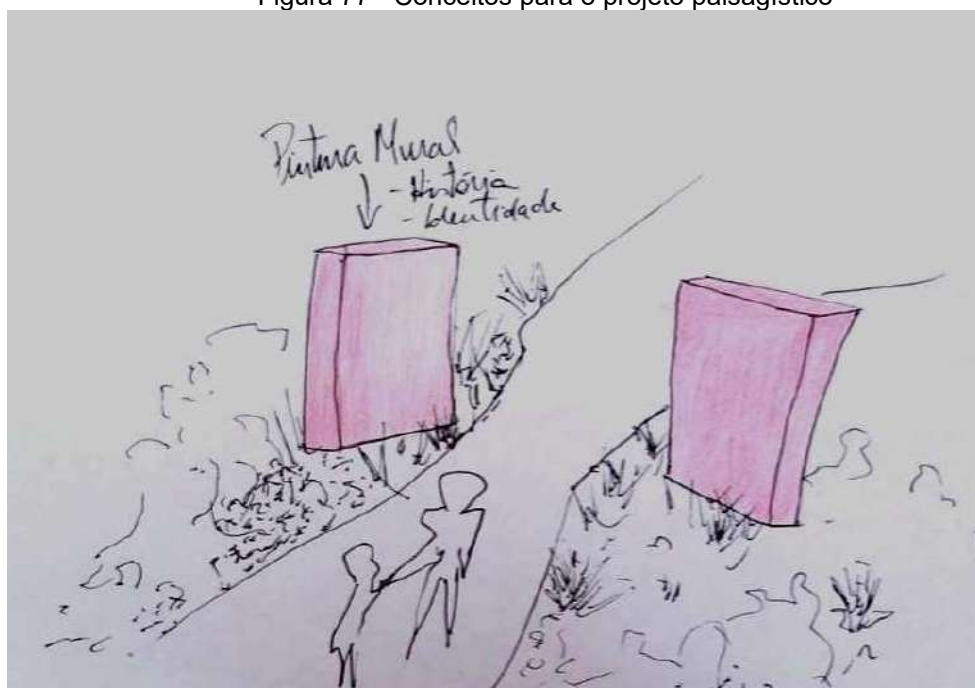
A ideia dos pequenos murais espalhados pelo espaço da escola tem como objetivo expor a arte local visando valorizar a identidade da população. Esses murais estão locados nos caminhos e também marcam a mudança de ambientes.

Figura 76 - Caminho em direção ao fundamental 2.



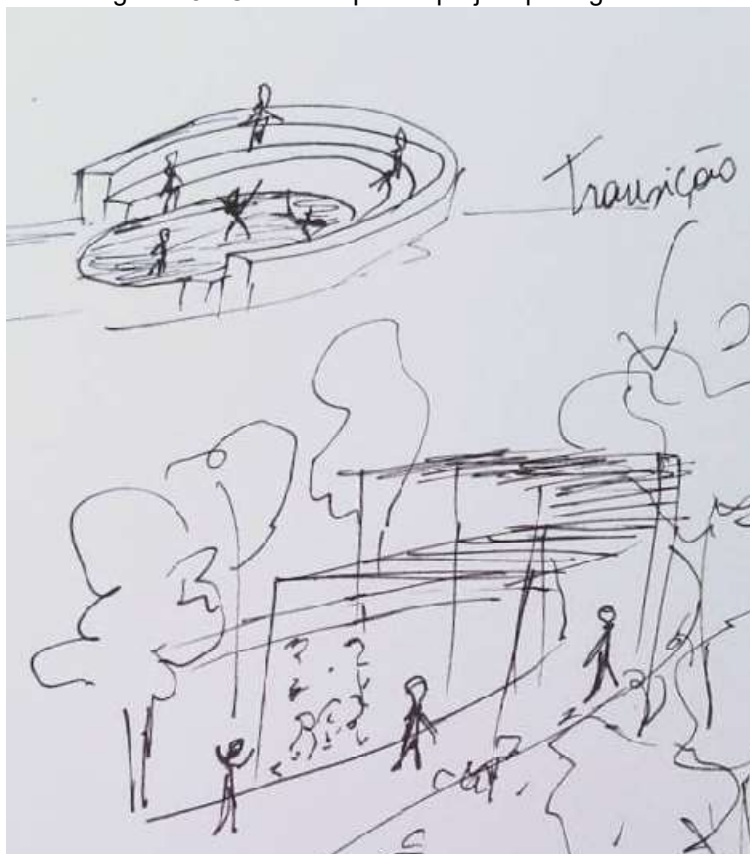
Fonte: A autora.

Figura 77 - Conceitos para o projeto paisagístico



Fonte: A autora.

Figura 78 - Conceitos para o projeto paisagístico.



Fonte: A autora

Figura 79 – Perspectiva do caminho em direção à horta. À direita bloco pré-escolar.



Fonte: A autora.

As espécies escolhidas para o paisagismo foram espécies nativas do bioma cerrado e também espécies exóticas que conseguem se adaptar ao clima local. Vide quadro abaixo.

Quadro 3 - Tabela de Espécies de Vegetação

Espécie	Porte	Origem (Nativa ou exótica)	Período de Floração	Cor da Flor	Altura	Dimensão da copa Equivalente	Imagem
Cega machado - <i>Physocalymma scaberrimum</i> Pohl	Médio	Nativa	Julho a Outubro	Roxa	10m	7m	
Ipê Branco - <i>Tabebuia roseo-alba</i>	Médio	Nativa	Junho a Setembro	Branca	7 a 16m	10m	
Ipê Rosa - <i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Médio	Nativa	Junho a Setembro	Rosa	20m	12m	
Jacarandá Mimoso - <i>Jacaranda mimosifolia</i>	Médio	Exótica	Setembro a Dezembro	Roxa	15m	10m	
Sucupira Lisa - <i>Pterodon emarginatus</i> vogel	Médio	Nativa	Julho a Outubro	Lilás	8 a 16m	10m	
<i>Ruellia puri</i>	Subarbusto	Nativa	Abril a agosto	roxa	60 - 90 cm	-	
Capim Barba de Bode - <i>Eragrostis curvula</i> (Schrad.) Nees	Pequeno	Exótico / África	-	-	0,6m	-	
Grama Amendoim - <i>Arachis repens</i>	Pequeno	Nativa	Novembro a abril	Amarela	0,12 a 0,2m	-	

Pata de Vaca Roxa - Bauhinia purpurea	Pequeno	Exótica	Junho a outubro	Rosa	6m	5m	
Murta de cheiro/Dama da noite - Murraya paniculata	Pequeno	Exótica	Junho a Agosto	Branca	7m	5m	
Resedá - Lagerstroemia indica	Pequeno	Exótica	Setembro a dezembro	Rosa	5m	4m	
Baru - Dipteryx alata	Grande	Nativa	Outubro a Janeiro	Esverdeadas	25 m	12,5	
Cajazeira - Spondias mombim L.	Grande	Nativa	Frutífera - Maio a junho	Esverdeadas	20 m	m	
Mutambo - Guazuma ulmifolia	Grande	Nativa	Frutífera	Alvo-amarelada	30 m	10 m	
Palmeira Imperial de Cuba Roystonea regia.	Grande	Exótica	Frutífera	Alvo-amarelada	20 a 30 m	5 m	
Laranja - Citrus Sinensis	Pequeno	Exótica	Frutífera	Alvo-amarelada	4 m	4 m	
Hibiscus	Pequeno	Exótica	Se bem localizada, o ano todo	Rosa, vermelha, amarela	2 a 5m	-	
Vinca, boa noite - Catharanthus	Pequeno	Exótica	o ano todo	Rosa, branca, salmão	0,6m	-	
Primavera - Bougainvillea spectabilis	Pequeno	Nativa	Setembro a fevereiro	Rosa/roxa/br anca/salmão	até 5m / trepadeira	-	
Ruellia villosa	Subarbusto	Nativa	Junho a outubro	vermelha	60-90 cm	-	

Fonte: A autora.

3.4. Considerações Finais

Sabemos que há um grande conflito de interesses quando tratamos da reivindicação dos direitos básicos de todo cidadão. Porém, é papel dos profissionais da arquitetura, atuar no combate às desigualdades presentes em nosso país. Dessa forma este trabalho visa conscientizar as pessoas sobre a importância de valorizar as singularidades de cada cultura no processo de ensino-aprendizagem e construção da cidadania. E esta valorização pode sim, ser refletida na elaboração e construção de espaços mais dignos para as populações que se encontram em vulnerabilidade social e econômica.

Para além disso, foi extremamente importante compreender como se organiza uma comunidade tradicional brasileira, como se vive, como se constrói. O Brasil é cheio de povos vindos dos mais diversos lugares do mundo, e é importante que se tenha um olhar que não se restringe somente à trajetória de luta e dor desses povos, pois há também inúmeras riquezas estes povos trouxeram de suas culturas e sentem alegria de compartilhar com que busca conhecer.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gláucia Bastos do; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Interseções entre Território e Identidade Étnica: Estudo sobre a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira – TO. *In* REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA – Vol. 2 N. 1 (JUNHO, 2016), p. 65-74.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 8491: Tijolo de solo-cimento – Requisitos**. 2012. Rio de Janeiro – RJ.

AZINARI, Amanda Pereira; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. **A Educação no/do Campo: Dificuldades e Anseios na sua implementação**. *In* PEREIRA, L. C. P; FERREIRA, W. A. A; **A educação do Campo na Escola Rui Barbosa no Município de Juara: Interface entre Pibid e Novos Talentos/Capes**. Cuiabá, Editora Unemat, 2014.

BERTONCELLO, Jucieli. Distrito de Catuaí – Aproximação geográfica. *In* PEREIRA, L. C. P; FERREIRA, W. A. A; **A educação do Campo na Escola Rui Barbosa no Município de Juara: Interface entre Pibid e Novos Talentos/Capes**. Cuiabá, Editora Unemat, 2014.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil). Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais. **Elaboração de projetos de edificações escolares: educação infantil**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais. – Brasília: FNDE, 2017.

BRASIL, **Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de Novembro de 2009**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº: 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 5 Agosto de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 5, De 17 De Dezembro De 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução Nº 8, De 20 De Novembro De 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** - Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL, Superintendência Regional No Tocantins, Edital de 18 De Novembro De 2011, Processo Administrativo nº 54400.000797/2004-01, trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Associação Comunitária dos Quilombos de Barra de Aroeira. **Diário Oficial da União**, seção 3, Brasília, DF, ano LII, nº 224, p. 162-164, 23 de novembro de 2011. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2011/11/23/Secao-3>. Acesso em: 14 Agosto de 2021

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Estudo mostra a realidade da Educação no Campo**. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-realidade-da-educacao-no-campo/21206. Acesso em 01 julho de 2021.

CARVALHO, Thaís Marjorie Pereira de; LOPES, Wilza Gomes Reis. **A Arquitetura de Terra e o desenvolvimento Sustentável na Construção Civil**. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI, 2012.

CLARO, Lisiane Costa; **Povos Do Campo: Aproximações Conceituais Basilares Às Epistemologias Ambientais Do Campo** in SOUZA, Juliana Gomes de; Educação Do Campo E Pesquisa Educacional: Sujeitos, Saberes E Práticas Educativas. Palmas, Editora EDUFT, 2020.

CONAE, Conferência Nacional da Educação. **Construindo um sistema nacional articulado de educação: O plano Nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação**. Brasília, DF, 2010.

CORRÊA, A. A. R.; TEIXEIRA, V. H.; LOPES, S. P.; OLIVEIRA, M.S. Avaliação das Propriedades Físicas e Mecânicas do Adobe. <https://www.scielo.br/j/cagro/a/tBxT6WT3bLnfQHQChsr9xzp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 25 junho de 2021.

DIAS, Luciene de Oliveira. **“Não vê que neste mundo não tem cabaça”** Espacialidades e Identidades em Barra da Aroeira – TO. Universidade de Brasília, Brasília DF, 2011.

De Olho nos Ruralistas. **Quilombo mais desmatado em 2019 disputa território com políticos do PSL e do PR**. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/06/11/quilombo-mais-desmatado-em-2019-disputa-territorio-com-politicos-do-psl-e-do-pr/>. Acesso em 21 julho de 2021.

Educação do Campo e pesquisa educacional: **sujeitos, saberes e práticas educativas**. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9255>

FIABANI, Adelmir. **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções**. (2007). Disponível:

em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>.

Acesso em 19/09/2021.

FREITAS ; GUIVANT; **A Construção Da Rede Sócio-técnica De Educação De Assentados Da Reforma Agrária: O Pronera**. [s.n.] Florianópolis, SC,

2007. <https://www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0297-T.pdf>

FRAGO, Antônio Viñano; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa/ Antônio Viñano Frago e Augustín Escolano**: [tradução Alfredo Veiga-Neto]. - 2. edição - Rio de Janeiro, 1943.

FOERSTE, Erineu; SCHUTZ-FOERSTE, Gerda Margit. **Parceria na Formação de Professores do Campo: Uma Avaliação do Programa de Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo**. in Antunes-Rocha, Maria Isabel.

Territórios Educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais / Maria Isabel Antunes-Rocha, Maria de Fátima Almeida Martins, Aracy Alves Martins, [organizadoras]. -- 2 ed. -- Belo Horizonte: Editora Gutemberg, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos - Uma História do Campesinato Negro no Brasil**. [s.l.] Editora Claro Enigma, 2015.

HOOKS, Bell, 1952; **O Feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras/bell hooks**; tradução Bhuvi Libanio. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LIMA, Yahell Luci. **Escola Nacional Florestan Fernandes visa a socialização do conhecimento**. Disponível em:

<https://mst.org.br/2012/07/23/escola-nacional-florestan-fernandes-visa-a-socializacao-do-conhecimento/>. Acesso em 21 jan 2022.

MIGLIANI, Audrey *in* ARCHDAILY, **O que é Madeira Laminada Colada (MLC ou Glulam)?**, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/928061/o-que-e-madeira-laminada-colada-mlc-ou-glulam>. Acesso em 03 dez de 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Justiça determina demarcação das terras do Quilombo Barra de Aroeira, no Tocantins**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/justica-determina-demarcacao-das-terras-do-quilombo-barra-de-aroeira-no-tocantins>. Acesso em: 05 Ago de 2021.

PEREIRA, L. C. P; FERREIRA, W. A. A; **A educação do Campo na Escola Rui Barbosa no Município de Juara: Interface entre Pibid e Novos Talentos/Capes**. Cuiabá, Editora Unemat, 2014.

PEREZ, Maria Cristina Argenti. **Infância e Escolarização: Discutindo a Relação Família, Escola e as Especificidades da Infância na Escola. Fin Práxis** Educacional. V. 8, n. 12. p. 11-25, [s. n.], Vitória da Conquista, 2012.
POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: RETOMAR OS PRIMEIROS FUNDAMENTOS PARA AVANÇAR. 2017. disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6885/6685>. Acesso em 02 Ago de 2021.

SALLES, Ricardo. A guerra do Paraguai: Contexto Histórico. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/>. Acesso em 23 jan 2022.

SANTA TEREZA DO TOCANTINS, **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Horácio José Rodrigues**. Santa Tereza do Tocantins, TO, 2020.

SARUBI, Rodrigo Cunha. **Análise Numérica de um Perfil de Telha Zipada**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - [s.l.] 2003. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/?lang=pt>. Acesso em 01 julho de 2021.

THOMPSON, Paul, **História e Comunidade**. In THOMPSON, Paul, 1935 **A Voz do Passado: História Oral** / Paul Thompson; Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

YOSHIOKA, E.; GUIMARÃES, A.; FALLEIROS, A.; AMÉSTICA, B.; MINTO, F.; BARROS, F.; FERNANDES, G.; FERNANDEZ, I.; TRANCHESI, j.; PINHEIRO, M; NOIA, P.; BORGES, R.; CZYCZIA, C.; **Sustentabilidade sócio-ambiental na construção civil: produção do espaço sem exploração do meio e do ser humano**. VI Encontro Nacional e IV Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis - Vitória – ES, 2011.

II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4537.pdf> Acesso em 01 junho de 2021.